

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ELLEN DEOLA SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO E DO APOIO SÓCIO
FAMILIAR NO ÂMBITO ESCOLAR.**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 17/04/06

**FLORIANÓPOLIS
2005/2**

ELLEN DEOLA SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO E DO APOIO SÓCIO
FAMILIAR NO ÂMBITO ESCOLAR.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Professora Doutora Maria
Manoela Valença

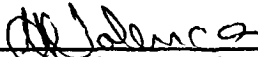
FLORIANÓPOLIS
2005/2

ELLEN DEOLA SOUZA

**A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO E DO APOIO SÓCIO
FAMILIAR NO ÂMBITO ESCOLAR**

**Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social .**

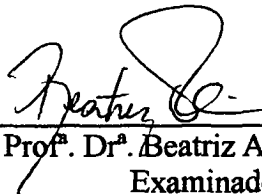
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Maria Manoela Valença
Orientadora



Assistente Social Kátia Ávila Abraham
Examinadora



Prof.ª Dr.ª Beatriz Augusto Paiva
Examinadora

Florianópolis, abril de 2006.

"Embora não podendo voltar atrás para fazermos um novo começo, espero que todos possamos recomeçar agora, e a qualquer tempo, para fazermos um novo fim".

Chico Xavier

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a DEUS por estar sempre comigo, me dando força nos momentos difíceis, por me sustentar e me conduzir.

Um obrigado mais do que especial a minha adorada mãe por tudo que fez e faz por mim. Pela luta de sua vida árdua para que eu pudesse chegar onde estou hoje.

Ao meu amado namorado Thiago, pela dedicação. Muito obrigada pelo apoio e por ser tão compreensivo, paciente e carinhoso nos momentos em que eu mais precisei.

A segunda família que tenho hoje, Dona Marli, Seu Devanir, Ewelyn e Jonathan. Obrigado por me acolherem em sua casa com tanto carinho.

Aos amigos e amigas que eu tanto quero bem. E a todas as amigas conquistadas ao longo do curso, em especial a Juçara, por ter estado sempre comigo ao longo destes quatro anos.

As minhas primas que eu adoro Raysa e Mari. A minha madrinha Carmem e meu padrinho Osmar. E aos meus lindinhos Guilherme e Gustavo. Vocês são muito importantes pra mim.

Aos mestres que puderam passar seus ensinamentos e engrandecer a minha formação. Em especial a Prof^a. Maria Manoela, por suas contribuições enquanto orientadora, e a Prof^a Beatriz, pela disponibilidade em participar da minha banca.

A minha supervisora de estágio, Claudinha, que me estendeu a mão quando todas as portas haviam se fechado. Obrigada pela confiança e pela amizade!

A Assistente Social Kátia Abraham, por ser tão atenciosa e por ter aceitado tão prontamente fazer parte de minha banca.

A toda equipe do POASF. Foi muito bom esse tempo que passei com vocês, eu aprendi muito!

A todos que participaram das entrevistas, ou que de alguma forma contribuíram para que este trabalho se concretizasse, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho foi realizado a partir da vivência do estágio realizado no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar - POASF, da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Este versa sobre a importância do serviço oferecido pelo Programa no âmbito escolar. Seu objetivo está em destacar a importância da orientação e do apoio sócio familiar no atual contexto de exclusão social a que estão submetidas as famílias empobrecidas, tendo como foco para o estudo o espaço escolar. Para isso busca-se ressaltar a importância deste atendimento no âmbito escolar; identificar a importância da interação entre família e escola, bem como as dificuldades desta relação; e destacar a contribuição do Serviço Social para a área da educação, através de uma perspectiva de atuação interdisciplinar, fortalecendo o comprometimento com a formação de cidadãos mais conscientes de seus direitos, e por consequência, aptos a transformação social. Para a realização do trabalho optou-se pela metodologia da pesquisa qualitativa. Utilizou-se em princípio a pesquisa bibliográfica e documental, tendo como ponto de partida a realização de uma caracterização das famílias em atendimento no programa, bem como um levantamento das escolas de maior incidência entre as famílias. Posteriormente realizaram-se as entrevistas, tendo como instrumental a aplicação de questionário. Foram entrevistados quatro educadores de um universo de quarenta escolas. Os resultados demonstram sua inquietação com o papel que a escola vem desempenhando e que está aquém de suas possibilidades enquanto instituição privilegiada para a formação de indivíduos aptos ao exercício da cidadania. Constata-se ainda a importância da atuação do Serviço Social para a escola.

PALAVRAS CHAVES: Cidadania, Educação e Família.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de filhos por família.....	55
Gráfico 2 - Membro responsável pela família.....	56
Gráfico 3 - Ocupação do responsável pela família.....	57
Gráfico 4 - Renda familiar.....	59
Gráfico 5 - Motivos de encaminhamento	60

LISTA DE SIGLAS

AEBAS	Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social
AEMFLO	Associação dos Empresários de Florianópolis
ASA	Ação Social Arquidiocesana
CAPS	Centro de Atendimento Psico Social
CDL	Câmara dos Dirigentes Lojistas
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMAS	Conselho Municipal da Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CME	Conselho Municipal de Entorpecentes
COEP	Comitê de Entidades Públicas no Combate a Fome e Pela Vida
CREC	Centro de Referência e Educação Complementar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GIOS	Grupo Integrado de Obras Sociais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
LA	Programa de Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LOPS	Lei Orgânica de Previdência Social
MEC	Ministério da Educação

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG'S	Organizações Não Governamentais
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
POASF	Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar
SCAIFDS	Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 A FAMÍLIA FRENTE À QUESTÃO SOCIAL.....	14
1.1 A QUESTÃO SOCIAL	14
1.2 CIDADANIA, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA.	19
2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, O ECA E A PROTEÇÃO A FAMÍLIA.	32
2.1 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DE 1930 .	32
2.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À FAMÍLIA E O ECA.	36
2.2.1 Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar.....	38
2.2.2 A rede de atendimentos e a relação POASF, família e escola.....	45
3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	50
3.1 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	50
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
3.3 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS	55
3.4 O QUE PENSAM OS PROFISSIONAIS DA ESCOLA	62
3.4.1 Mudanças dos educandos.....	62
3.4.2 A participação da escola no cotidiano.....	64
3.4.3 As dificuldades da relação escola e família	65
3.4.4 A orientação pedagógica	68
3.4.5 A escola e a orientação sócio-familiar	70
3.4.6 O Assistente Social na escola	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFÊRENCIAS.....	80
APÊNDICES	85
ANEXOS.....	87

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso concretizou-se a partir do estágio, realizado no período de março de 2005 a abril de 2006 no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar – POASF, no município de Florianópolis.

O POASF é um programa realizado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como medida de proteção da criança e do adolescente. O programa é direcionado à família e tem como finalidade atender, orientar e apoiar em questões que envolvam a sua problemática, vindo a favorecer alterações positivas no contexto familiar, e que por consequência possibilitem a superação de situações que prejudiquem o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

O Programa realiza o acompanhamento de famílias, encaminhadas através dos Conselhos Tutelares (setores ilha e continente) e Vara da Infância e da Juventude. O critério para atendimento é o risco social a que estejam submetidas as crianças e os adolescentes.

A prática como estagiária esteve direcionada ao acolhimento das famílias que chegavam ao Programa, o que possibilitou dentre outros aspectos, conhecer as demandas que trazem essas famílias. Através da realização de uma pesquisa documental a fim de conhecer o perfil das famílias “acolhidas” durante todo o primeiro semestre de 2005 foi constatado que a unidade da rede de atendimentos mais utilizada pelas famílias é a escola, acessada por 85 % destas.

Durante a realização do estágio também foi possível identificar, que muitas vezes a escola apresenta-se envolvida no encaminhamento das famílias, pois, por ter um contato diário com as crianças a escola passa a exercer também uma função de proteção. Além das demandas evidentes na escola como a evasão, o baixo rendimento e o desinteresse pelo aprendizado, surgem outras problemáticas que ultrapassam os limites institucionais da escola, mas que nem por isso estão alheias ao processo pedagógico desenvolvido no seu interior.

Diante disso, e por compreender a relevância do POASF na viabilização dos direitos as famílias atendidas, que são amplamente negados devido à um problema estrutural do país, partiu então o interesse em focalizar o presente estudo em um dos mais importantes direitos do cidadão – o direito a educação.

Nesta perspectiva, o presente trabalho busca verificar a importância do serviço oferecido pelo Programa – a orientação e o apoio sócio familiar – no âmbito escolar.

No primeiro Capítulo são apresentados os conceitos norteadores deste estudo e tem-se a fundamentação teórica referente à questão social, cidadania, educação e família. Compreender estas questões implica, antes de tudo, desvendar os fatores que impedem as famílias e a população como um todo, a ter sua cidadania assegurada. Esses fatores estão atrelados às transformações ocorridas na sociedade que levaram a um quadro de profundas desigualdades sociais.

Estas desigualdades são marcadas pela pobreza e pela falta de elementos que oportunizem os que sofrem dessa exclusão a reverterem esse quadro, ou seja, em uma dimensão muito maior, está a falta de ofertas iguais para educação, saúde, transporte, moradia, e demais serviços públicos.

O segundo Capítulo destaca o contexto das políticas públicas brasileiras, fazendo uma retrospectiva histórica das políticas sociais a partir de 1930. Destaca-se o foco da política de atenção à família e sua relação com o Estatuto da Criança e do Adolescente, visto que é a partir da regulamentação deste que passa a haver o reconhecimento do papel da família no desenvolvimento de crianças e adolescentes, e por consequência a priorização desta na agenda das políticas sociais brasileiras.

Os dois últimos itens deste capítulo dizem respeito ao POASF e o atendimento oferecido por este; e a rede de atendimentos e a relação POASF, família e escola. Diante das novas configurações da política social brasileira, as famílias têm no POASF e na rede de atendimentos um suporte social.

No terceiro Capítulo apresenta-se a pesquisa realizada com as escolas, através de entrevista com seus educadores. As escolas entrevistadas são as mesmas que recebem as crianças acompanhadas pelo Programa. Para a realização da pesquisa nas escolas, foi preciso primeiramente fazer um estudo sobre as características das famílias atendidas pelo programa, bem como identificar as escolas com maior incidência entre as famílias. Para tanto, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se do método quantitativo para a coleta de dados e análise dos resultados.

A etapa posterior foi a realização da pesquisa com os educadores, em que foi adotada a amostragem de quatro de um universo de quarenta escolas. A pesquisa tem como objetivo a verificação dos seguintes aspectos: as mudanças ocorridas no âmbito da dinâmica familiar percebidas pela escola; o posicionamento das escolas referente à vida extra classe de seus educandos; as dificuldades que a escola sente para intervir no cotidiano

familiar de seus educandos; a orientação educacional em relação às necessidades dos educandos; a importância da orientação e apoio sócio familiar, no que tange ao contexto educacional de crianças e de adolescentes; e o possível trabalho do profissional de Serviço Social no âmbito escolar.

Durante a realização da pesquisa e a partir da problematização das falas dos educadores é possível traçar um paralelo entre as características das famílias atendidas pelo Programa, e o atendimento que lhe é destinado pela escola de seus filhos.

Ao final deste trabalho chega-se a conclusões e se estabelecem algumas perspectivas e desafios referentes ao Serviço Social no âmbito escolar, pois percebe-se que a atuação deste profissional contribuiria de forma significativa para a construção de cidadãos mais conscientes de seus direitos e aptos a transformação social.

1 A FAMÍLIA FRENTE À QUESTÃO SOCIAL

1.1 A QUESTÃO SOCIAL

A chamada questão social é conceituada por diversos autores como sendo as expressões das desigualdades sociais. Está historicamente vinculada às grandes transformações econômicas, políticas e sociais, originadas em decorrência do processo de industrialização na Europa no século XIX.

Para chegar ao assunto da Questão Social na atualidade é preciso compreender o processo que a sociedade enfrenta desde o surgimento do capitalismo até os dias de hoje, em que as desigualdades sociais atingem índices alarmantes.

Cabe dizer que essas transformações que acabaram por gerar desigualdades e injustiças sociais somente passam a ser consideradas expressões da questão social quando são reconhecidas e problematizadas pela sociedade, transformando-se em demanda política.

Antes do capitalismo, ou seja, no período chamado feudalismo¹ já existia a pobreza e as desigualdades sociais, porém elas eram naturalizadas, não eram contempladas como uma questão política.

No século XVIII surge uma nova ordem societária, o Capitalismo, com ele o assalariamento, e nesse momento as desigualdades são fundadas nas relações de trabalho. A partir de então, a pobreza passa a ser politizada, e é desta forma que surge a questão social. Entretanto, ela se evidencia no debate europeu somente no século XIX, devido às necessidades sociais apresentadas pela classe trabalhadora.

Segundo Pereira (2004, p.59) “foram estas necessidades que, uma vez problematizadas por atores conscientes de sua situação de exploração, e com poder de pressão, propiciaram a passagem do problema da pobreza, antes considerado natural, em explosiva *questão social*”.

¹ O **feudalismo** é um modo de produção típico de sociedades agrárias, caracterizado por relações de servidão do trabalhador ao proprietário da terra, dividida em lotes produtivos auto-suficientes (feudos). Predominou na Europa durante a Idade Média. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Feudalismo> acesso em 10 de outubro de 2005, às 10 horas)

Para o aparecimento da questão social não existe uma explicação única, mas sua emergência tem a ver com os novos problemas da relação capital-trabalho e a institucionalização de uma política estatal, que não foi automática, nem simplesmente como decorrência natural da continuidade histórica. (KRÜGER, 2000, p. 68)

Pode-se dizer que o trabalho está no centro da questão social, pois são através das relações desiguais de produção, que se posicionam em dois lados opostos e distintos, os donos e os subordinados², que assistem ao crescimento da distância sócio-econômica entre eles. Demonstrando ainda que “os ricos estão cada dia mais ricos e os pobres cada dia mais pobres”.

As expressões da questão social estão certamente vinculadas às relações de trabalho, como o desemprego, o subemprego e a própria precarização do trabalho. Porém, estas expressões vão além da questão trabalho, e se manifestam na sociedade em diversos campos, como a falta de moradia; a deficiência em serviços de saúde e educação; a fome; a miséria; a desigualdade social; as minorias como criança, adolescente, mulher, idoso, família; a violência como um todo; e muitos outros.

Alguns autores (Arcoverde, 1999; Pereira, 2004; Telles, 2001) falam de uma nova questão social, e suas novas expressões produzem efeitos como o aumento da pobreza e da exclusão social, o desemprego estrutural³, a precarização do trabalho e ainda o desmonte de direitos sociais. A verdade é que a falta de um emprego estável deixa as pessoas em uma condição ainda mais vulnerável.

Isso posto, é importante compreender que a questão social brasileira não é diferente, é baseada nos mesmos padrões, conforme Arcoverde (1999, p. 78) expõe :

No fundo, a questão social brasileira, em suas variadas formas, tem na desigualdade e na injustiça social ligadas à organização do trabalho e à cidadania seu núcleo orgânico. Resulta da estrutura social produzida pelo modo de produção e reprodução vigentes e pelos modelos de

² Os donos a que me refiro são os detentores dos meios de produção, inclusive a intelectual. E os subordinados, o nome já diz: todos aqueles que por qualquer que seja a razão se subordinam às formas existentes de exploração, não acessam os meios de produção, o que em grande parte vem a se reproduzir por gerações, gerando uma sólida estagnação social.

³ O desemprego estrutural origina-se em mudanças na tecnologia de produção ou nos padrões de demanda dos consumidores. Em ambos os casos, um grande número de trabalhadores fica em situação de desemprego, enquanto uma minoria especializada é beneficiada (Sandroni, 1992:90). Considerando a corrida tecnológica permanente que demarca esse período do capitalismo, o desemprego estrutural torna-se um componente da vida contemporânea. (BEHRING, 2000, p.35)

desenvolvimento que o país experimentou: escravista, industrial – desenvolvimentista, fordista-taylorista⁴ e o de reorganização produtiva.

Nesse sentido, é preciso compreender os alicerces em que se apóiam as expressões da questão social, visto que ela é a matéria-prima do Serviço Social. De acordo com Iamamoto, o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho.

Questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p.27)

Através do que coloca a autora é possível entender o momento histórico que em vivenciamos a questão social, visto que existe um crescimento acentuado no trabalho social, mas este não se reverte em ônus para a maior parte da população, pois enquanto muitos produzem apenas alguns usufruem, e pode-se dizer que esta maioria que produz é a mesma que vive a margem da miséria, decorrente de sub e restritos sistemas de trabalho.

A população excluída, que não se constitui apenas nos que estão na linha da pobreza, também fica de fora do processo de tomada de decisão, pois na maioria das vezes não consegue ultrapassar a barreira da reivindicação. E é a partir das mazelas por que passam estas famílias vulnerabilizadas pela exclusão social que se evidenciam, por exemplo, problemas no núcleo familiar, como a violência contra crianças e adolescentes.

Um problema muito sério decorrente dessa exclusão é o aumento significativo da pobreza dia a dia, pois no Brasil, segundo Kliksberg (2002, p.16) 40 milhões de habitantes vivem em estado de pobreza absoluta. Esta pobreza se constitui como uma das mais visíveis expressões da questão social, estando atrelada em grande parte a falta de oportunidades de trabalho e aos baixos salários dos trabalhadores.

Apesar de não existir um conceito universal para pobreza, pode-se dizer que esta representa uma situação de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida, que satisfaça as suas necessidades básicas.

⁴ Fordista-taylorista é o padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que tem como fundamento a organização da produção em massa. As unidades produtivas são concentradas e verticalizadas, acrescentam controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle social. (ARCOVERDE, 1999, p.78)

Ao lado da persistência de uma pobreza de raízes seculares, a face moderna da pobreza aparece registrada no empobrecimento dos trabalhadores urbanos integrados nos centros dinâmicos da economia do país, seja pela deteriorização salarial que se aprofundou durante os últimos anos, seja pela degradação dos serviços públicos que afetam a qualidade de vida nas cidades, seja ainda pelo desemprego em larga escala que atinge o setor formal da economia. (TELLES, 2001, p.15 – 16)

A pobreza que acompanha a história brasileira tem suas bases em uma perversa desigualdade na distribuição de renda, visto que o Brasil não está entre os países mais pobres do mundo, mas entre os que possuem pior distribuição de renda. Porém o quadro de pobreza não deve ser entendido apenas por esta origem aparente, e sim em uma dimensão muito maior, que está na falta de ofertas iguais para educação, saúde, transporte, moradia, e demais serviços públicos.

Sendo assim, o fracasso estrutural que leva a pobreza está intimamente ligado a falta de universalização destes serviços. Nesse sentido, por ser a pobreza elencada entre os maiores problemas do país, ela mereceria um destaque maior no plano nacional, tendo o seu enfrentamento associado a princípios de uma sociedade igualitária e democrática.

A pobreza está fortemente relacionada aos direitos e à como os mesmos são negados no contexto das relações sociais. Segundo Telles (2001, p. 21) a pobreza aparece despojada de uma dimensão ética e o seu debate é dissociado da questão da igualdade e da justiça.

Nesse contexto está o Serviço Social, que trabalha justamente para o enfrentamento de problemas sociais como a pobreza, através do reconhecimento de direitos.

Segundo Iamamoto (1998, p.20) os profissionais de Serviço Social devem ser propositivos e não só executivos, pois “um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano”.

Ainda nessa perspectiva, o Assistente Social, através de seu Código de Ética Profissional (1993, p.15), assume o compromisso perante os usuários de atuar “com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social”. Este profissional, enquanto viabilizador de direitos, deve direcionar seu projeto ético político na ampliação da cidadania e na emancipação dos sujeitos.

Não obstante, surge para o Serviço Social um outro desafio que é o embate entre o seu compromisso ético-político, enquanto profissão viabilizadora de direitos sociais, e a presente construção de uma “ideologia da solidariedade”, embutida no atual discurso neoliberal.

Segundo a proposta dos liberais, é necessário que a sociedade se torne “parceira” do Estado, partilhando com o mesmo o enfrentamento das desigualdades sociais. Essa parceria deve envolver a solidariedade de organizações não-governamentais e populares, sindicatos, universidades, igrejas e empresas. O Estado perde primazia na responsabilidade da “questão social” (GUSMÃO, 2000, p. 107). Nesse sentido, a ação da filantropia surge para “assistir aos pobres”, desde que estas não se revertam em direitos legalmente assegurados.

Hoje, crescem as ações no campo da filantropia e das organizações não governamentais, como forma de minimizar as limitações no campo da ação social do Estado. O neoliberalismo, responsável pela onda de privatizações, impõe ao Estado o sucateamento das políticas públicas, e em contra partida o Estado estabelece parcerias e passa a responsabilizar a sociedade civil pela gestão de ações para enfrentamento da questão social. Desta forma entende-se que:

A regulação neoliberal, que fundamenta a orientação da globalização vigente, supõe a quebra do Estado-Nação, isto é, a quebra de limites territoriais e soberania dos países. Estes devem submeter-se às regras de interesse do mercado mundial ou dos que detêm o poder maior nesse mercado. O Estado deve ser mínimo, isto é, deve ser flexível deixando por conta do mercado, da própria competição privada, como sempre quiseram os liberais, a condução da economia e da sociedade. Quem tem, compra, quem não tem, é excluído ou apartado. (SPOSATI, 1999, p.63)

Com a retração do Estado ocorre uma abertura de espaço para as empresas de gestão privada que, em uma jogada de marketing social, buscam visibilidade em ações interventivas na questão social. Resta saber se a lógica a que se propõem obedece aos princípios de igualdade entre os cidadãos, como destaca Simionato (1999, p.124):

O caráter privado do empreendimento faz com que se instaure uma seletividade no acesso aos programas segundo critérios estabelecidos pelo livre arbítrio das corporações empresariais, o que compromete a dimensão universalizante da cidadania enquanto igualdade de direitos de todos à prestação de serviços sociais, o que só podem ocorrer na esfera pública.

Um dos aspectos centrais da questão social na atualidade é a ampliação da precarização das relações de trabalho, fazendo com que a lógica financeira prevaleça, transformando os trabalhadores sobranes deste sistema em não-necessários, e, por conseguinte não-cidadãos.

Como assinalado no próximo item, a cidadania deveria pertencer a todos, mas por inúmeras causas isto não se concretiza.

1.2 CIDADANIA, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA.

A origem da palavra cidadania aparece com o surgimento da cidade ou pólis. E como afirma Covre (1999, p.16), “a cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade, à capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadão”.

Podemos afirmar que ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano. Tal situação esta descrita na Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, que tem suas primeiras matrizes marcantes nas cartas de Direito dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1798). Sua proposta mais funda de cidadania é a de que todos os homens são iguais e ainda que perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. (COVRE, 1999, p.9)

De acordo com Covre (1999, p.10) “a constituição é uma arma na mão de todos os cidadãos, que devem saber usá-la para encaminhar e conquistar propostas mais igualitárias”. Nesse sentido, a última Constituição Federal (1988), considerada a “Constituição Cidadã”, traz noções claras dos direitos e deveres dos cidadãos e ainda os equipara. Em seu artigo 5º (1988, p.14) preconiza que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, [...]”

Sabe-se que na prática diária o artigo citado está longe de ser vivenciado na íntegra pela maior parte da população, pois o acesso à cidadania plena mantém-se restrito às pessoas que detém meios para apoderar-se, enquanto o restante assiste de perto as distâncias que os separam.

Covre também correlaciona os direitos sociais, civis e políticos⁵ em sua análise sobre a cidadania, pois para que estes sejam efetivamente atendidos, devem estar interligados. Em nossa sociedade as pessoas que não dispõem dos direitos sociais, possivelmente, também estarão com seus direitos políticos cerceados, não ingressando em discussões políticas e se limitando apenas a participação do voto, como exercício da cidadania.

Nos últimos anos o conceito da cidadania se ampliou, deixando de se limitar apenas à participação da sociedade civil para uma idéia de emancipação.

A partir do desenvolvimento de concepções de direitos a sociedade se desenvolve. Com o processo de modernização do século XVIII são estabelecidas novas relações jurídicas, inclusive para diminuir a exploração da força de trabalho. Também começou-se a pensar na possibilidade de separação da esfera pública e privada, pois as políticas sociais existentes até então se restringiam aos interesses da Igreja e da nobreza feudal.

Assim, “com a emergência da esfera pública burguesa se institui a idéia de ‘acesso a todos’” (GENTILLI, 1998, p.146). Porém, a idéia de “acesso a todos” fundamentava-se em critérios de admissão, que eram baseados no “status social” e nos títulos de propriedade do indivíduo, ou seja, eram considerados cidadãos os indivíduos ricos.

Com a implementação de instituições políticas ocorre a emancipação de direitos, incluindo a participação dos trabalhadores nas decisões políticas. E ainda, o Estado passa a garantir o acesso à educação, previdência, saúde, habitação e assistência social para os trabalhadores, principalmente os mais miseráveis.

Além disso, passa a existir a idéia de “igualdade de condições e oportunidades”, em que os cidadãos são reconhecidos como sujeitos de direitos, e na teoria devem ter acesso a condições dignas de sobrevivência, através do respeito aos seus direitos fundamentais. Sendo assim, percebe-se que:

[...] os direitos de cidadania se inscrevem na esfera dos valores desejáveis e das necessidades humanas a serem perseguidas pela política e envolvem princípios relacionados às idéias sobre uma ordem social livre e justa, no sentido de busca do estabelecimento de relações de poder legítimas [...] Isto não elimina o princípio da igualdade implícito no conceito e

⁵ Os direitos civis dizem respeito basicamente ao direito de se dispor ao próprio corpo, locomoção, segurança, etc. [...] os direitos sociais dizem respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas. São todos aqueles que devem repor a força de trabalho, sustentando o corpo humano – alimentação, habitação, saúde, educação, etc. [...] Os direitos políticos dizem respeito à deliberação do homem sobre sua vida, ao direito de ter livre expressão de pensamento e prática política, religiosa, etc. (COVRE, 1999, p.11-15)

desigualdade inerente ao sistema capitalista e a sociedade de classe. (GENTILLI, 1998, p. 151).

Com o objetivo de conseguir a justiça social almejada, a sociedade contemporânea se une, e ao mesmo tempo divide-se em grupos movidos por interesses coletivos, porém plurais entre si. É o caso das organizações não governamentais - ONG'S, que são impulsionadas por interesses coletivos de uma mesma categoria, existindo, por exemplo, as que buscam o acesso à cidadania através da defesa de causas, como a fome, os preconceitos raciais e de gênero, os direitos de segmentos como a criança e o adolescente, o idoso, os homossexuais, entre outros.

Além disso, através da mobilização social destes grupos permite-se uma ampliação da noção de cidadania, visto que se estabelecem pautas sociais mínimas que originam diversos Estatutos de direito. Segundo Gentilli (1998, p. 152) “o acesso à cidadania social com ‘conferência de direitos’ e ‘respeito à dignidade da pessoa’ passou a depender concretamente do estabelecimento de políticas de proteção e de redistribuição sociais na forma de provimento de serviços ou de rendas complementares.”

No Brasil a cidadania é caracterizada por um modo excludente, que deu origem a um sistema de proteção social desigual e sem a universalização dos benefícios sociais. Desta forma, existem indivíduos que se sentem mais cidadãos que outros. Há ainda uma parte da população que entende a cidadania apenas como o direito ao exercício do voto.

Para ir além desse entendimento é preciso romper com a alienação e buscar a constituição de uma cidadania plena, pautada na participação dos cidadãos através dos movimentos sociais e da luta política. Sendo assim, conforme Covre (1998, p. 152) “só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão”. A autora ainda afirma que:

Não pode haver cidadania se não houver um salário condigno para a grande maioria da população. O trabalhador, enquanto mercadoria, deve lutar para obter certa equivalência na troca estabelecida com o capitalista e o Estado. É preciso que ele tenha acesso aos bens que complementam sua vida (habitação, saúde, educação) e que compõem os chamados direitos sociais. Mas antes, é necessário que os trabalhadores tenham direitos políticos, e que existam mínimas condições democráticas para reivindicar o seu direito de ser cidadão e de, enquanto tal poder batalhar, por quaisquer de seus direitos. Por outro lado, é preciso que esses trabalhadores possam ser educados sobre a existência desses direitos, vendo dessa forma a ampliação do que há para construir em termos de uma sociedade sempre melhor. (COVRE, 1999, p. 37)

Segundo Wanderley (2000, p.162), “nos tempos modernos, a educação foi entendida como o meio privilegiado para universalizar os valores e as práticas da modernidade, numa frase, formar cidadãos”.

Isso posto, percebe-se que para que os cidadãos tenham ciência de seus direitos políticos é preciso que eles também tenham o direito a uma educação de qualidade que os permita ampliar seus conhecimentos, pois somente conhecendo os seus direitos e deveres, a população poderá intervir e se mobilizar politicamente, possibilitando um enfrentamento social. Como ressalta a publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2004, p. 53) “uma população mais educada é capaz de participar mais ativamente da vida social, política e cultural do país”.

No Brasil, por mais que exista um regime democrático, o poder político acaba ficando nas mesmas “mãos” que detém o poder intelectual, sabendo-se que grande parte da população vive a margem da pouca escolaridade e da privação cultural, como mostram os dados estatísticos do IBGE (2004, p. 56), em que verificou-se que a média em anos de estudo da população brasileira vem crescendo lentamente, entretanto esta chegou apenas à 6,4 anos em 2003, revelando que o brasileiro médio não estuda tempo suficiente para concluir sequer o ensino fundamental.

Com base neste dado é possível afirmar que esta situação não lhes permite acessar os meios de produção, visto que devido às inúmeras transformações do mundo do trabalho, que foram ocasionadas pelo novo modelo de desenvolvimento econômico, a educação tem atualmente também o papel de garantir uma formação técnica ao cidadão, que lhe permita engajar-se no mundo do trabalho, e ainda uma formação ideologicamente funcional aos meios de produção.

Nesse sentido, a educação, direito fundamental e universal, é extremamente necessária para o exercício da cidadania, como aponta a Constituição Federal (1988, p.121) “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O direito a educação, e ainda a permanência dos alunos na escola é garantido pela Constituição Federal, bem como pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e por duas leis importantes que zelam pela qualidade da educação oferecida no país, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI Nº 9394, de 23 de dezembro de 1996) e o Plano Nacional de Educação (LEI Nº Lei nº 10172, de Janeiro de 2001). Este direito tem “como

finalidade à formação do sujeito para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade”. (BREISSAN, 2001, p.10)

Na Constituição Federal destacam-se os princípios básicos do ensino no país, expressos pelo artigo 206:

- I.** igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II.** liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III.** pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV.** gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V.** valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VI.** gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII.** garantia de padrão de qualidade.

Para que estes princípios sejam garantidos, é imprescindível um aparato estatal, previsto na Constituição, através do artigo 208, que dispõe sobre as medidas necessárias para a efetivação da educação, sendo estas:

- I.** ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
 - II.** progressiva universalização do ensino médio gratuito;
 - III.** atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
 - IV.** atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
 - V.** acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
 - VI.** oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
 - VII.** atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
- § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
- § 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Conforme artigo citado, um dos aspectos mais importantes mencionado é o direito a educação gratuita, garantida pelo Estado por obrigação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza o direito a educação em vários de seus artigos, destacando-se o expresso no “Art 53º - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]”

Buscando a concretização deste direito, tem-se ainda neste âmbito a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996, p.7), que regulamenta a educação nacional em suas diversas modalidades. Esta lei apresenta a educação escolar, como expresso no artigo que segue.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social

Outro mecanismo de controle é o Plano Nacional de Educação, que se constitui em um plano plurianual com duração de 10 anos. Em síntese o Plano Nacional de Educação tem como objetivos: a elevação global do nível de escolarização da população; a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e a permanência, com sucesso, na educação pública; e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2001, p. 34)

O Plano estabelece como prioridades, a garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino; a garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram; a ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e a educação superior; a valorização dos profissionais da educação; e o desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino. (BRASIL, 2001, p.35)

Com base no já exposto, percebe-se que apesar da regulamentação de leis que garantam o direito a educação a todos os cidadãos, isto não tem sido suficiente para

efetivamente permitir o acesso e a permanência na escola. E é diante disto que surge o desafio de compreender o papel que tem a escola hoje, sobretudo, porque a educação não atinge a todos.

A este propósito, Bressan (2001, p.8) afirma que “discutir o papel da escola hoje, na sociedade, significa discutir a *função social assumida pela educação* no contexto atual”.

Lembramos que o atraso educacional é um dos problemas estruturais de maior gravidade de nosso país. O Estado deve priorizar uma política pública acerca do ensino, de forma a ensejar o combate a pobreza e a desigualdade social. Não basta somente oferecer vagas. É necessário criar mecanismos que possibilitem a permanência das crianças e adolescentes nas Escolas. (BRESSAN, 2001, p.31)

Para que isto aconteça é preciso também que a própria população usuária do sistema de educação tenha ciência do seu papel na sociedade e do quanto a sua qualificação individual - através da escolarização - é importante para o todo, pois apropriar-se da educação representa antes de tudo, uma conquista para aqueles que tiveram que superar adversidades impostas pela exclusão.

Considerando a escola como um espaço de socialização, é preciso compreender a diversidade da população, seus hábitos e costumes. Para isso, também é preciso entender a família como meio e fim para uma boa educação, localizando-a esta como célula primordial da sociedade, *lócus* da vida humana e da construção da identidade, merecendo preocupação especial no processo de educação. Sabe-se que muito antes da criança ser inserida na escola, ela já passou por um rico processo de educação, realizado no seio de sua família.

Neste sentido, reverter consideravelmente às injustiças sociais impostas por essa exclusão não depende somente da escola e das ações que esta desenvolve, mas sim de uma ação conjunta, pautada na esfera do Estado, da sociedade e da família. Para isso, é essencial ter ciência de como a família vem sendo entendida e tratada.

Existem vários entendimentos sobre o que seria família. Diversos fatores influenciam sua concepção, dentre eles fatores históricos, culturais, econômicos e sociais. De acordo com esses fatores, a família vem ao longo dos tempos ganhando novas especificidades, e sendo conceituada de formas diferenciadas por estudiosos.

O termo família já designou diferentes formas de organização ao longo dos tempos e das sociedades que se configuravam de formas distintas. Para Reis (2001, p.100)

ela não é algo biológico, natural, mas uma instituição criada pelos homens, para responder a suas necessidades sociais.

O termo *família* origina-se do latim *famulus* que significa: conjunto de servos dependentes de um chefe ou senhor. Entre os chamados dependentes inclui-se a esposa e os filhos. Assim, a família greco-romana compunha-se de um patriarca e seus *famulus*: esposa, filhos, servos livres e escravos. (PRADO, 1985, p.51, grifo do autor)

Quando pensa-se em um modelo de família, para muitas pessoas ainda é reportada a imagem de família composta por pai, mãe e filhos. Esta imagem corresponde ao modelo da chamada família nuclear ou burguesa, e que não funciona como norma para todas as estruturas familiares.

Segundo Ariès (1981, p.223) até o século XV a família não tinha seu valor reconhecido. O sentimento de família foi se formando em torno da família conjugal, a família composta por pais e filhos. Ariès (1981, p.225) também coloca que a família transformou-se profundamente à medida que modificaram as relações internas com a criança. O nascimento e o desenvolvimento do sentimento de família apareceram somente após o século XII, pois até o século XV:

A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. [...] A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem. (ARIÈS, 1981, p.231)

A escolarização teve influência significativa para a formação do sentimento de família. A partir do surgimento e da difusão das escolas, as crianças passaram a ficar mais tempo com os pais, não sendo mais confiadas a estranhos. Contudo, ainda no início do século XIX, nas famílias mais pobres e numerosas, as crianças permaneciam afastadas da casa dos pais como na época medieval. (ARIÈS, 1981, p.271).

Lévi-Strauss em seu estudo sobre as relações de parentesco traz outras considerações sobre a família. Este chegou à tese de que a família surgiu no imbricamento entre a natureza e a cultura, sendo que a proibição do incesto está diretamente ligada à construção das regras do casamento (MIOTO, 1997, p.116). O autor ainda coloca que “A proibição do incesto não é tanto uma regra que proíba casar com a mãe, com a irmã ou com a filha, mas, sobretudo uma regra que obriga a ceder aos outros a mãe, a irmã, a filha.

É a regra do dom por excelência” (LEVI-STRAUSS apud MIOTO, 1997, p.116). Através deste estudo o autor demonstrou a passagem da família de um estado natural para o social.

Para Engels, “foi na família que se iniciou o processo de divisão social do trabalho que foi inicialmente a divisão do trabalho sexual”. (REIS, 2001, p.101)

Reis (2001, p.101) destaca no estudo de Engels, que “a família monogâmica surgiu e foi determinada pelo aparecimento da propriedade privada”. Desta forma, a família era constituída de forma grupal na sociedade primitiva e passou a ser monogâmica devido ao aparecimento da propriedade privada. O casamento tinha como função principal à garantia da transmissão de herança a filhos legítimos do homem. Surge neste cenário também a repressão sexual da mulher, visto que a mesma, diferentemente do homem, somente poderia exercer sua sexualidade dentro do casamento.

A família primitiva deu origem a outros modelos de família: as famílias aristocrática e camponesa, dos séculos XVI e XVII, e as famílias proletária e burguesa, do século XIX⁶.

A família Aristocrática, era uma família extensa, formada por pai, mãe, filhos, dependentes e a criadagem. Nesse modelo de família predominavam as relações familiares hierarquizadas, em que o homem ia para a guerra e a mulher cuidava da organização da vida social, sendo que a criação dos filhos não era atribuída às mães. Os mesmos eram amamentados pelas amas-de-leite, e depois ficavam sob os cuidados dos criados. Nesse sentido, o casamento se constituía em um ato político para preservação do patrimônio.

A habitação não tinha paredes, não favorecendo a privacidade. Não existia uma preocupação com a higiene, o que contribuía para um alto índice de mortalidade infantil. Além disso, um fato marcante desta família é a sexualidade, reconhecida igualmente para homens, mulheres e crianças. O sexo não era considerado algo profano. De acordo com Reis (2001, p.107) “[...] a família aristocrática não atribuía valor algum à privacidade, domesticidade, cuidados maternos ou relações íntimas entre pais e filhos”

A família camponesa era numerosa, existindo uma grande natalidade e mortalidade como na família aristocrática. A aldeia exercia certa dependência nesta família, pois era ela que ditava os costumes, determinando regras para casamentos, enterros, e namoros que seriam adequados.

⁶ As reflexões seguintes sobre os quatro modelos de famílias (aristocrática, camponesa, proletária e burguesa) são feitas tendo como base o estudo realizado a partir da bibliografia de REIS, J R T. **Família, emoção e ideologia**. In: LANE, S.; CODO, W. (org) Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2001, durante a disciplina Serviço Social: Famílias e Segmentos Vulneráveis, ministrada pela Professora Elizabete Carreirão, no semestre 2004/2.

As crianças não dependiam apenas dos pais, mas principalmente da comunidade. Ainda na infância elas aprendiam a obedecer às normas sociais, inclusive à custa de punições físicas. As crianças não ocupavam lugar de destaque na vida conjugal. Uma prática comum desta família era o enfaixamento de bebês, que possibilitava a mãe trabalhar. Na família camponesa era a mãe quem amamentava, mesmo assim não existia um envolvimento emocional entre mãe e filho. “[...] apesar de viver em pequenas unidades nucleares, a família, camponesa, tendo toda sua vida voltada para fora de si, também desconhecia e não valorizava a domesticidade e a privacidade” (REIS, 2001, p.108).

A família proletária surgiu com a industrialização, e divide-se em três fases históricas. A primeira fase é marcada pela penúria social, em que todos da família trabalhavam, inclusive as crianças. A segunda fase representa uma melhoria das condições de trabalho e de qualificação dos operários, e é onde começa a se desenhar uma aproximação com os padrões burgueses. A terceira fase é marcada por um distanciamento entre mulher e comunidade, pois a função da mulher passa a ser cuidar apenas do lar e dos filhos. Essas transformações são acompanhadas de um conservadorismo e de um reforço da autoridade paterna, em que são valorizadas agora a privacidade e a domesticidade.

Um século depois de seu nascimento a família proletária quase não se distinguia mais da família burguesa, em termos de padrões emocionais que caracterizavam as suas relações internas. Isso significa que houve um aburguesamento ideológico da classe operária no que concerne a vida familiar. (REIS, 2001, p.109)

A família burguesa nasceu na Europa no século XVIII, e ficou caracterizada pelo fechamento em si mesma, existindo uma separação entre o trabalho que seria um local de frieza, e o lar que seria o lugar da vida emocional. É nesse momento que ocorre também a divisão de papéis sexuais. O marido é o provedor material da casa, a autoridade livre e dominante, enquanto a mulher é a responsável pela vida doméstica e educação dos filhos, sendo dependente do marido.

O casamento burguês dissociou a sexualidade da afetividade. A sexualidade da mulher foi restrita a necessidade de procriação, enquanto o homem poderia buscar o sexo fora do casamento para satisfazer seus desejos. Desta forma, “[...] a família era recanto do afeto, mas não do prazer sexual” (REIS, 2001, p.111).

O enfaixamento de bebês foi proibido, a amamentação da mãe foi valorizada, bem como o envolvimento emocional com seu filho. Além disso, foram adotados novos padrões de higiene, que oportunizaram uma redução das taxas de natalidade e mortalidade.

Um outro ponto importante é o isolamento da família nuclear, que fez com que as crianças passassem a ser totalmente dependentes dos pais. Com isso, o filho deve ser submisso em troca do amor dos pais.

Assim, a família burguesa, definindo-se pelo isolamento, privilegiando a privacidade, a domesticidade e supervalorizando suas relações emocionais internas, ao formar o cidadão autodisciplinado estava servindo para “promover os interesses da nova classe dominante e registrar de um modo sem paralelo os conflitos de idade e sexo.” (REIS, 2001, p.113).

Diante das considerações expostas, percebe-se que no percurso histórico o modelo familiar vem sofrendo profundas transformações, e que “a história da família é descontínua, não linear e não-homogênea: consiste, isto sim, em padrões familiares distintos, cada uma com sua própria história e suas próprias explicações”. (POSTER apud SZYMANSKI, 1997, p.24).

A família brasileira também passou por grandes transformações nas últimas décadas. O processo de industrialização favoreceu a concentração da população nos pólos urbanos, e com o desenvolvimento científico foram criados novos medicamentos, inclusive a pílula anticoncepcional. Houve ainda o avanço nos meios de comunicação de massa, e a liberalização de hábitos e costumes que deram as mulheres uma nova posição na sociedade. Essas são apenas algumas mudanças que fizeram com que a apresentação da família brasileira se modificasse.

Estas transformações expressam-se a partir da década de 90 por alguns indicadores, como o declínio da taxa de natalidade, o aumento da co-habitação e união consensual, o aumento das famílias monoparentais com predominância das mulheres como chefes de família, o aumento das famílias recompostas, a população proporcionalmente mais velha, o aumento das pessoas que vivem sós, e outros (MIOTO, 1997, p.118).

A partir dessas transformações, a família passa a conviver com situações que atingem a sua dinâmica familiar, ocorrendo uma fragilização dos vínculos familiares e uma maior vulnerabilidade. Além disso, aumentam as dificuldades no cumprimento de suas tarefas básicas, como o cuidado, a proteção e a socialização de seus membros. Ocorre também um choque entre o projeto pessoal dos pais e o projeto de família, que se funda no cuidado com o outro. Há ainda a convivência de um modelo familiar fundado no passado com a diversidade de arranjos familiares atuais (MIOTO, 1997, p.122).

Desta forma, estando a família articulada e condicionada pela sociedade, e tendo que se reestruturar para acompanhar os processos de mudanças, é a partir da identificação das demandas específicas de cada grupo familiar que surgem os processos de atenção à família.

Nesta perspectiva, a família ainda é idealizada por aqueles que trabalham com ela. Conforme traz Mioto (1997, p.115) existe uma tendência dos Assistentes Sociais que trabalham com famílias em “conceituarem a família a partir de suas próprias famílias e de enfatizarem as relações parentais a partir da consangüinidade”.

Nesse sentido, é preciso ter discernimento para desnaturalizar o conceito de família e entendê-la na sua diversidade, pois sendo esta um fato cultural, encontra-se condicionada a fatores históricos que influenciaram seu contexto social, da forma em que se apresenta hoje.

Para Mioto (1997, p.120) “[...] a família pode ser definida como o núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos”.

Tendo em vista a citação referida, essa união entre os membros da família, também será responsável pelo lugar que a família ocupa enquanto espaço de cuidado e a proteção da vida. Para isto é necessário que a família tenha aportes do meio social em que está inserida, visto que muitas famílias vivem em condições precárias, que não favorecem o seu desenvolvimento.

Estas famílias vulnerabilizadas pela pobreza e demais mazelas da questão social, são as mesmas famílias conceituadas como “famílias desestruturas”⁷.

[...] é importante pontuar que a capacidade de cuidado e proteção dos grupos familiares depende diretamente da qualidade de vida que eles têm no contexto social nos quais estão inseridos. Sem duvida, nenhuma, as famílias brasileiras, especialmente as de camadas populares, estão sendo severamente pressionadas pela política econômica do governo. Em vez de tal política assegurar condições mínimas (renda, emprego, segurança, serviços públicos de qualidade) de sustentação das famílias, ela vem desencadeando situações (migrações, desemprego, ausência de serviços

⁷ [...] Trata-se de uma categoria, ou melhor, um rótulo, que serve para designar aquelas famílias que falham nas suas funções institucionais. Ou seja, implica um processo de julgamento que geralmente é realizado a partir de um modelo de família (mais ou menos flexível, dependendo do avaliador) e pode estar relacionado a determinados aspectos da vida familiar ou a um conjunto deles. Com o aumento do consenso em relação a diversidade dos arranjos familiares, o rótulo geralmente é atribuído àquelas famílias que contrariam as expectativas sociais quanto aos papéis e funções familiares. (MIOTO, 2000, p.223)

públicos) que são fontes geradoras de estresse familiar (MIOTO, 1997, p.121).

Tendo em vista a realidade apresentada e as dificuldades enfrentadas pelas famílias brasileiras, o próximo capítulo abordará o contexto das políticas sociais a que estão submetidas, e em especial o atendimento realizado pelo Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, O ECA E A PROTEÇÃO A FAMÍLIA.

2.1 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DE 1930

Segundo Freitas (2004, p.117), “política social é a expressão de um planejamento e de uma intervenção programada e estruturada de iniciativas dirigidas a entender uma série de necessidades da população que foram aceitas em um momento, em uma sociedade determinada”.

No Brasil, as políticas sociais sempre estiveram atreladas a modelos de outros países, considerando, sobretudo, que aqui nunca existiu um modelo clássico de Bem-Estar Social. As questões vivenciadas pela população sempre foram problematizadas na lógica do capital, privilegiando ações de proteção social destinadas à manutenção dos meios de produção e ao controle das classes trabalhadoras.

A questão social no período anterior a 1930 era tida como questão de *polícia*, visto que não era legitimada pela classe dominante, pois opunha-se aos seus ideais.

Na década de 30 existiam regimes políticos autoritários que reprimiam os movimentos da classe operária, impedindo que houvesse grandes avanços na questão da política social durante o período.

O Ministério do Trabalho foi criado em 1931, porém o salário mínimo foi implementado somente na década de 40, representando uma das medidas para garantia de mínimos sociais aos trabalhadores.

No âmbito econômico as principais características do Estado Novo (1937-1945) foram: o impulso a industrialização, o nacionalismo, o protecionismo e a intervenção do Estado na economia. Desta maneira, pouco se progrediu no que se refere às políticas sociais, aparecendo como um dos destaques na área social da década de 40 a criação do Plano SALTE, o primeiro a incluir setores sociais como saúde e alimentação.

A partir de 1955, no então governo de Juscelino Kubitschek, houve um grande impulso ao desenvolvimento econômico. Entretanto, ocorreu um agravamento das desigualdades sociais, visto que o governo vigente tinha como perspectiva um crescimento de “cinquenta anos em cinco”, e optou em privilegiar o desenvolvimento dos setores de

energia, de transportes e de indústrias de base, deixando em segundo plano, áreas como saúde, educação e desenvolvimento social.

Nos períodos posteriores, a politização da sociedade passou a ser mais ampla, surgiram muitos grupos sociais se mobilizando em defesa de seus interesses e convicções políticas. Esse foi o caso, por exemplo, dos estudantes, que criaram a União Nacional dos Estudantes – UNE.

Em 1960 foi criada a Lei Orgânica de Previdência Social – LOPS, que tinha por objetivo uma uniformização de benefícios e serviços prestados. Porém a cobertura previdenciária que era prevista pela LOPS atendia apenas trabalhadores com cobertura da consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, não beneficiando os trabalhadores rurais e os domésticos.

A partir do ano de 1964, com o golpe militar, inicia-se outro período de ditadura. Neste, foi definido um novo modelo econômico, que valorizava o capital estrangeiro, e excluía a maior parte da população, que vivia a margem da pobreza. As políticas sociais da época eram voltadas à classe trabalhadora, com interesse da burguesia em dar continuidade à lógica capitalista de produção. Foi com esta intenção que o regime fez reformas nas relações de trabalho, sendo criadas leis e instituições de amparo ao proletariado (força de trabalho), como o Instituto Nacional da Previdência Social – INPS, e um ano depois o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Ainda neste período funda-se a concepção de política social como uma consequência do desenvolvimento econômico. Até 1985 as políticas sociais funcionaram como uma “cortina de fumaça” para encobrir as verdadeiras intenções do regime⁸.

As políticas sociais somente ganharam maior destaque durante o processo de re-democratização do país, movimento que resultou na elaboração de uma nova Constituição Federal, aprovada no ano de 1988.

A Constituição de 1988 – conhecida informalmente como a Constituição Cidadã – incorporou uma série de direitos sociais e deveres do Estado para com seus cidadãos no campo das políticas sociais. A universalização da saúde, da proteção social através da previdência e da assistência são exemplos desses direitos. (MÉDICI apud GONÇALVES, 2004, p.46)

⁸ Reflexão realizada a partir de anotações das aulas da Disciplina Serviço Social e Seguridade Social: Assistência Social – DSS5148, no semestre 2004/2, sob a responsabilidade da Professora Carolina Silva.

A nova Constituição consolidou conquistas e ampliou direitos, incorporando inovações importantes ao sistema de Seguridade Social. Destaca-se o estabelecimento da universalização da saúde, com a implantação do Sistema Único de Saúde – SUS.

Também nos campos da previdência ocorreram modificações importantes, como a equidade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos. E a assistência social introduzida na Constituição, garantida a todos que dela necessitem.

Através de uma ampla mobilização de diversos setores da sociedade civil organizada foi aprovado o Estatuto da Criança e do adolescente, Lei 8069, de 13 de julho de 1990. O ECA veio para substituir o Código de Menores, introduzindo mudanças significativas nas políticas destinadas à criança e ao adolescente, constituindo-se como marco positivo na história da política social a infância e juventude no Brasil. Conforme assinalam Santos e Ramos (1998, p.93):

A diferença entre eles é que, enquanto o velho Código era um apanhado de leis mais punitivas do que educativas, e que limitavam os direitos dos chamados “menores”, o Estatuto trata a criança e o adolescente como pessoas que, em fase de formação e desenvolvimento, têm suas peculiaridades; por isso, com suas leis criam-se condições e oportunidades para que eles possam se desenvolver como cidadãos.

As autoras também colocam que de modo geral a sociedade passou a ser co-responsável pelo desenvolvimento pleno de crianças e de adolescentes, pois o Estatuto prevê a sua participação no planejamento, execução e fiscalização de ações que visem o bem-estar de seus beneficiários. O Estatuto da Criança e do Adolescente há 15 anos norteia as políticas de atendimento a infância e adolescência, mas sobre este o próximo item trará mais a fundo

No ano de 1993 é implantada a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, que oportunizou a regulamentação dos artigos 203 e 204 da Constituição Federal.

A LOAS preconiza em seu artigo 1º “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Ficando claro por este artigo, o caráter de universalidade da política de assistência social, sendo esta um direito assegurado a todo cidadão brasileiro.

A LOAS estabelece princípios para a gestão da assistência social, que estão expostos no seu artigo 4º:

- I. supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre exigências de rentabilidade econômica;
- II. universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III. respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e a ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV. igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência as populações urbanas e rurais;
- V. divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistências, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

A LOAS no seu artigo 34 transfere a execução da política de assistência social para municípios e estados. “A união continuará exercendo papel supletivo nas ações de assistência social, por ela atualmente executadas diretamente no âmbito dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, visando à implementação do disposto nessa lei [...]” Contribui desta forma para a descentralização das políticas de assistência social.

A implementação da LOAS representou um avanço no que se refere a concepção de direitos de cidadania e a responsabilidade do Estado, principalmente em relação a classe de maior vulnerabilidade social. Tendo em vista que, ela estabelece o Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social, traz a definição de competências do governo em todas as esferas na implementação da política, a criação e o fortalecimento das instâncias de controle social, entre outros pontos marcantes na história da política social brasileira.

A Lei Orgânica de Assistência Social revela-se instrumento de controle da pobreza e de abertura aos serviços sociais, apesar de não solucionar o problema da indigência humana. Para eliminar a pobreza, a política econômica deve submeter-se às prioridades da política social, o que não tem acontecido no Brasil. Não é possível deixar para o futuro da economia a solução dos problemas sociais. É essencial começar atuando de imediato, limitando a pobreza por meio da implantação efetiva dos mínimos sociais. (VIEIRA, 1998, p.19)

Os anos 90 até os dias atuais são marcados pela ideologia do neoliberalismo, percebidos na área social, sobretudo, pela pouca repercussão das políticas sociais básicas.

Além disso, o período também é marcado pelo desemprego estrutural e pela criminalização da pobreza.

A partir de 1990 com o período neoliberal, com a segunda reforma do Estado iniciado no governo Collor, estendendo até o governo de FHC, conforme Simionato (1998), o país passa por reestruturações na economia, afetando principalmente a área social, acompanhados pela lógica do Banco Mundial, que prevê o estado mínimo na área social e a redução dos direitos trabalhista, fortalecendo o papel compensatório das políticas públicas, expressadas pelas idéias de privatização, terceirização e publicização, para a redução de benefícios sociais como pretexto de gerar novos empregos. (GONÇALVES, 2004, p.48)

O que é possível perceber é que mesmo com a criação de diversas leis que oferecem subsídios para uma política social que promova a diminuição das desigualdades sociais, o que se tem ainda são indicadores de pobreza que continuam crescendo. De certa maneira, todos aqueles que estão amparados pela carteira de trabalho assinada possuem um lugar na sociedade, sendo vistos como cidadãos, já aqueles que não possuem vínculo profissional, acabam tendo seus direitos limitados.

Talvez o ponto central desta discussão esteja no pouco investimento destinado à área da educação, capaz de reverter esta construção histórica, e dar ares mais democráticos e igualitários ao país.

A verdade é que a trajetória das políticas sociais no Brasil é marcada pela influência da política econômica internacional e pelas mudanças no cenário político interno. Neste contexto, a política social de assistência à família é um ponto relevante, como apresentado a seguir.

2.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À FAMÍLIA E O ECA.

Em meio a várias discussões, a família continua sendo entendida como espaço privilegiado de cuidado e proteção à vida.

Nesse sentido, a legislação brasileira tem frisado em várias de suas leis, como por exemplo, a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica de Assistência Social, a fundamental importância da família no desenvolvimento e cuidado de seus membros.

Cabe aqui ressaltar, sobretudo a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente enquanto marco fundamental no rumo da história do atendimento a criança, ao adolescente e a sua família.

Como um dos pontos fundamentais do Estatuto aparece o reconhecimento do papel da família no desenvolvimento de crianças e adolescentes, e por consequência a priorização desta instituição na agenda das políticas sociais brasileiras. Assim, a família passa a ser reconhecida como parte ativa no processo de garantia dos direitos da criança e do adolescente, fazendo parceria nesse processo com o Estado e a sociedade.

De acordo com Santos e Ramos (1998, p.94) “o Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma o direito à convivência familiar e comunitária. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos e para isso precisam ter acesso, junto com a comunidade, à formulação das políticas básicas”.

O Estatuto faz referência ao direito à convivência familiar no seu artigo 19, onde afirma que “toda criança tem direito a ser criada e educada no seio de sua família e, excepcionalmente em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”.

No seu artigo 4º, o ECA preconiza que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Neste sentido, entende-se que quando a família não consegue proporcionar as condições necessárias que oportunizem o pleno desenvolvimento e proteção de seus membros (crianças e adolescentes), o Estado deve entrar em contra partida por meio de políticas públicas que garantam a efetivação dos direitos sociais.

Portanto, ao Estado compete através da política de municipalização, a elaboração de políticas sociais. Tendo, no entanto, que destinar investimentos com vistas a efetivação da rede de atendimentos que atende crianças, adolescentes e suas famílias. Esta operacionalização de atendimento em rede se concretiza através dos serviços sociais, que podem

[...] compreender ações de ajuda imediata individualizada, com características de ‘pronto socorro’ e como se efetivam através de serviços e bens produzidos como creches, núcleos de atendimento sócio-comunitário a criança e adolescente. Dentre outros, portanto os programas da área de assistência não se reduzem à distribuição de auxílios materiais, são também programas de geração de renda, de

formação profissional, sócio-educacionais e de atendimentos a grupos específicos como a criança e adolescente. (PRÊUS apud LIMA, 2000, p.22).

Desta forma, cabe ao Estado a implementação de programas e/ou projetos para que os direitos das famílias sejam assegurados, como explicita o Estatuto da Criança e do Adolescente no seu artigo 90:

As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de: I – **orientação e apoio sócio-familiar**; II – apoio sócio-educativo em meio aberto; III – colocação familiar; IV – abrigo; V – liberdade assistida; VI – semiliberdade; VII – internação. (grifo da autora)

Esse artigo apresenta a orientação e o apoio sócio familiar como uma das modalidades de atendimento nas entidades. Neste contexto, a criação do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar enquadra-se entre os programas de proteção da criança e do adolescente. O mesmo é um programa articulado a família, que tem como finalidade atender, orientar e apoiar em questões que envolvam a sua problemática, vindo a favorecer alterações positivas no contexto familiar, e que por consequência possibilitem a superação de situações que prejudiquem o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

2.2.1 Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar

O POASF é um programa de proteção da criança e do adolescente implementado em diversos municípios do país. Cada qual tem suas especificidades, mas de modo geral obedece aos mesmos princípios.

Conforme traz Mioto (2001, p.93) “no Brasil estes programas estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, e têm como objetivo fundamental garantir o direito da convivência familiar e comunitária”.

Em Florianópolis o Programa existe há oito anos, passando por algumas modificações ao longo desse período. De acordo com Mafra (2001, p.29), no município de Florianópolis, o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar começou a ser pensado a

partir de 1997, devido à preocupação de lojistas do centro da cidade, com a presença de meninos de rua que praticavam mendicância em frente às lojas.

A autora também coloca que através da mobilização dos lojistas, a Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL entrou em contato com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, para que tal “problema” fosse solucionado. Em maio do mesmo ano a Prefeitura trouxe a ampliação destas discussões para a sociedade civil⁹, visando uma possível resolução da questão, com a retirada dos meninos e meninas das ruas do centro da cidade.

Outro fato que contribuiu para a urgência de implantação de um programa desta natureza foi a grande demanda de atendimento dos Conselhos Tutelares, que no ano de 1996 contabilizou 81,08% das denúncias atendidas como sendo de violação do direito à convivência familiar e comunitária, sendo que das medidas aplicadas 46,89% foram medidas de orientação e apoio sócio familiar. Esses dados acenavam para a urgência de que fosse criado em nível municipal, um Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar.

Foi então que no mês de março de 1998 o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar foi implantado no município de Florianópolis. Desde então, este funciona no espaço físico da Cidade da Criança, no bairro Agrônômica. O Programa é financiado pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (Lei nº. 3794/92), pelo Fundo Municipal da Assistência Social (Lei nº. 4958/96), e por recursos da Prefeitura.

Segundo Mafra (2001, p.31), ainda durante as discussões em 1997, definiu-se que a responsabilidade em implantar o referido programa seria da Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, e teria como direção política e pedagógica um colegiado de entidades¹⁰.

A autora também coloca que os Conselhos seriam responsáveis pelo planejamento de políticas de atendimento as crianças e aos adolescentes e de assistência às famílias.

⁹ De acordo com Mafra (2001, p.30), faziam parte destas discussões: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SC, Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social - AEBAS, Irmandade do Divino Espírito Santo, CDL, Ação Social Arquidiocesana - ASA, Comitê de Entidades Públicas no Combate a Fome e Pela vida - COEP, Rotary Clube, Grupo Integrado de Obras Sociais - GIOS, Associação Flor, Associação dos Empresários de Florianópolis - AEMFLO, Programa de Liberdade Assistida - LA, Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, Prefeitura Municipal de Florianópolis (através da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social - Programas Abordagem de Rua e S.O.S. Criança), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS, Conselho Municipal de Entorpecentes - CME, Conselho Tutelar de Florianópolis.

¹⁰ Na época, a coordenação do programa ficou assim definida: OAB/SC, AEBAS, Irmandade do Divino Espírito Santo, CDL, ASA, COEP, GIOS, AEMFLO, LA e PMF.

No início, o programa deu prioridade ao atendimento as famílias de origem das crianças e adolescentes, de/ou na rua, buscando assim vir ao encontro de um problema de caráter emergencial. À medida que os problemas vivificados pelas famílias eram detectados, buscava-se a solução dos mesmos através das ações em rede, com o objetivo de reintegrar a criança e o adolescente a sua família, fortalecendo seu vínculo de permanência.

O Programa realiza o acompanhamento de famílias, encaminhadas através dos Conselhos Tutelares, setores ilha e continente e Vara da Infância e da Juventude, que passam por situações de miserabilidade, negligência familiar e/ou com crianças e adolescentes em situação de rua e/ou expostos a risco social. Normalmente, vem associado a estas questões, o envolvimento com o uso e o tráfico de drogas, alcoolismo, violência, conflitos familiares, problemas de saúde mental, entre outros.

O acompanhamento é prestado por profissionais da área de Psicologia e de Serviço Social, que intervêm para reorganização da dinâmica familiar, trabalhando nas relações familiares, bem como buscando a organização familiar para o suprimento das necessidades básicas (alimentação, moradia, saúde, educação, etc.).

Essas famílias costumam apresentar melhoras significativas na organização familiar, nos cuidados em relação a crianças e adolescentes, tornando-se famílias mais protetivas. Apesar de viverem em contextos extremamente vulneráveis, com grandes carências socioeconômicas e culturais, conseguem, a partir do trabalho socioeducativo e terapêutico, qualificarem significativamente o padrão de proteção social.

O programa possui maior enfoque nas comunidades de baixa renda, entre estas as regiões do Monte Cristo, Vila Aparecida, Morro da Caixa e região do entorno do Morro da Cruz, Saco Grande e Vila União¹¹.

O objetivo geral do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar está em acompanhar e orientar essas famílias, através da intervenção dos profissionais da área da Psicologia e Serviço Social, visando a sua autogestão e o suprimento de suas necessidades básicas (alimentação, moradia, saúde, educação, etc), tendo em vista a reorganização da dinâmica familiar para que sejam garantidos os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O POASF tem como objetivos específicos¹²:

- Conhecer as necessidades que a dinâmica familiar apresenta;

¹¹ Informações obtidas através da estatística de 2004, realizada pelo Programa.

¹² Informações contidas no Projeto do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar – ano 2004.

- Identificar as possibilidades de intervenção na rede de relações familiares, acionando os recursos para promoção da auto-gestão da família;
- Fornecer benefícios materiais (cestas básicas, materiais escolares, fraldas plásticas, enxovais e cartões de vale transporte);
- Promover auto-estima e autoconfiança, bem como os direitos de cidadania;
- Estabelecer vínculo de confiança entre o profissional e a família, servindo de apoio à mesma;
- Possibilitar condições às famílias para que elas possam assumir os cuidados e a proteção com os filhos;
- Desenvolver um trabalho articulado à rede de atendimento as crianças, adolescentes e suas famílias;
- Possibilitar a inserção dos mantenedores das famílias no mercado de trabalho.

Como resultado subjetivo o programa visa a emancipação das famílias, para que sua autonomia seja despertada, saindo de uma condição de sujeitos institucionalizados e passando para uma condição de sujeitos de direitos, ou seja, o *empowerment* das famílias.

O programa¹³ tem em seu quadro um total de seis Assistentes Sociais, três Psicólogas, três estagiários de Serviço Social, um estagiário de Psicologia e um motorista. Encontra-se em atendimento aproximadamente cem famílias, e mais aproximadamente cinquenta em lista de espera.

Operacionalizando o atendimento, a primeira intervenção com a família acontece através da entrevista inicial para acolhimento no programa. Nesta, é preenchida a ficha de acolhimento (ANEXO A), se esclarecem os procedimentos do programa, e a partir de então começa a ser estabelecido um vínculo entre Programa e família.

Na atual metodologia¹⁴, modificada com a chegada da nova gestão, em que se pretendia extinguir a lista de espera, ou seja, a demanda reprimida de atendimentos do programa, a fase de acolhimento passou a ser responsabilidade da Coordenação do Programa, exercida por uma Assistente Social. Dentre outras ações incorporadas, está o início do acompanhamento à família que se dá através do encaminhamento desta para um trabalho em grupo. Este grupo de “acolhimento” é coordenado pela Psicologia, e conta com a participação da estagiária de Serviço Social, que tem a função de organizar informações sobre as famílias participantes para uma posterior documentação nos prontuários, bem como monitorar e mobilizar o grupo para os encontros. Concomitante a

¹³ Informações coletadas através do controle das estatísticas do POASF referentes a março de 2006.

¹⁴ Metodologia elaborada e implantada no início da gestão 2005 – 2008.

isso, o Serviço Social busca informações da família junto à rede de atendimento para realizar o diagnóstico social. Ainda, são realizadas algumas intervenções e encaminhamentos emergenciais.

Essas famílias permanecem em lista de espera aguardando o posterior acompanhamento sistemático psicossocial, a que se propõe o Programa. Devido à avaliação realizada pela equipe técnica ao final de 2005, o grupo de acolhimento permanecerá suspenso por motivo de insuficiência de profissionais e de vale transporte para as famílias participantes.

Nesse momento, é interessante ressaltar que esta nova metodologia não foi bem avaliada pelos técnicos do programa; fato compreensível visto a falta de resultados positivos à qualidade do atendimento prestado às famílias. O que se conseguiu durante esse período foi “maquiar” a lista de espera existente, e prestar um atendimento superficial às famílias.

Ainda com relação à lista de espera, se faz importante colocar que o atendimento que as famílias necessitam em determinadas etapas de seu ciclo vital¹⁵, muitas vezes demora tanto para acontecer, que as próprias famílias acabam por operacionalizar suas demandas, resolvendo os “problemas” que mereciam um tratamento especial pelo Programa.

Ainda sobre o atendimento, a partir do diagnóstico social, o Assistente Social traça o plano de intervenção para a família. Desta forma, o Serviço Social executa seu atendimento através de diversificados procedimentos, como:

- Atendimento familiar e/ou individual na sede do programa, visitas domiciliares e institucionais, as quais ocorrem de acordo com cronograma antecipadamente elaborado ou conforme disponibilidade de carro.
- Contatos institucionais com as escolas e creches a fim de controlar a frequência e acompanhamento educacional, e também encaminhamentos para escola regular, supletivos, creches, etc.
- Contatos institucionais com Centros de Saúde e agentes comunitários, viabilização de medicamentos, monitoramento de vacinação e consultas.

¹⁵ Ver em CERVENY, C M O. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. o estudo do ciclo vital da família oferece um panorama do desenvolvimento da vida familiar em suas diversas fases, apontando as tarefas evolutivas a serem desenvolvidas pelos membros do sistema familiar em cada uma de suas etapas.

- Orientação quanto à prevenção de doenças e combate ao uso de drogas, quanto aos papéis dos pais e responsáveis, planejamento familiar, violência intra e extra familiar, como também nas questões de educação e limites.
- Auxílio com cesta básica, vale transporte, materiais escolares e de higiene pessoal quando necessários.
- Encaminhamentos para o mercado de trabalho (através da parceria com empresas de trabalho terceirizado), projetos extra-escolares e assistência familiar, contatos com instituições para concessão de benefícios.
- Encaminhamento e solicitação de segunda via de documentos (registro de nascimento, casamento, separação), relatório para pedido de verificação de guarda, solicitação de abrigo, e encaminhamentos para Vara da Família, Vara da Infância e da Juventude, entre outros.

Semanalmente, às quintas-feiras, é realizada a reunião de equipe. Nesta está presente todo o corpo técnico do POASF, e são estudados os casos atendidos pelo programa, sendo que neste momento cada Assistente Social relata a situação familiar de uma média de um, dois ou três casos atendidos. É também nas reuniões que se discute a necessidade da inserção da família nos atendimentos psicológicos, pois estes devem ser solicitados ou sugeridos pela Assistente Social que atende a família. Além disso, por estar toda equipe presente, é durante as reuniões que os informes do programa são socializados.

As reuniões semanais da equipe também possibilitam a percepção da limitação da rede de atendimento e do Programa, além da compreensão do contexto social em que se encontram as famílias. Ainda é um momento que muitas vezes favorece uma reflexão da prática profissional diária.

Também são realizadas reuniões temáticas, que contribuem tanto para o conhecimento teórico a cerca do trabalho com famílias, como para o esclarecimento da dinâmica e organização do Programa; e também para uma maior integração da equipe.

Vale destacar, que todas as intervenções e informações relacionadas aos atendimentos são registradas nos prontuários¹⁶ pelos técnicos que executam o acompanhamento. Esses registros são necessários para obter a sistematização da ação profissional, bem como para a elaboração do diagnóstico familiar, possibilitando a efetivação da intervenção.

¹⁶ Os prontuários contêm relatos de entrevistas realizadas com membros da família, visitas domiciliares e institucionais, encaminhamentos, contatos com a rede social da família, relatórios enviados por outros projetos ou instituições, etc.

Para ilustrar a nova metodologia do Programa, apresenta-se a seguir o fluxograma de atendimento as famílias.

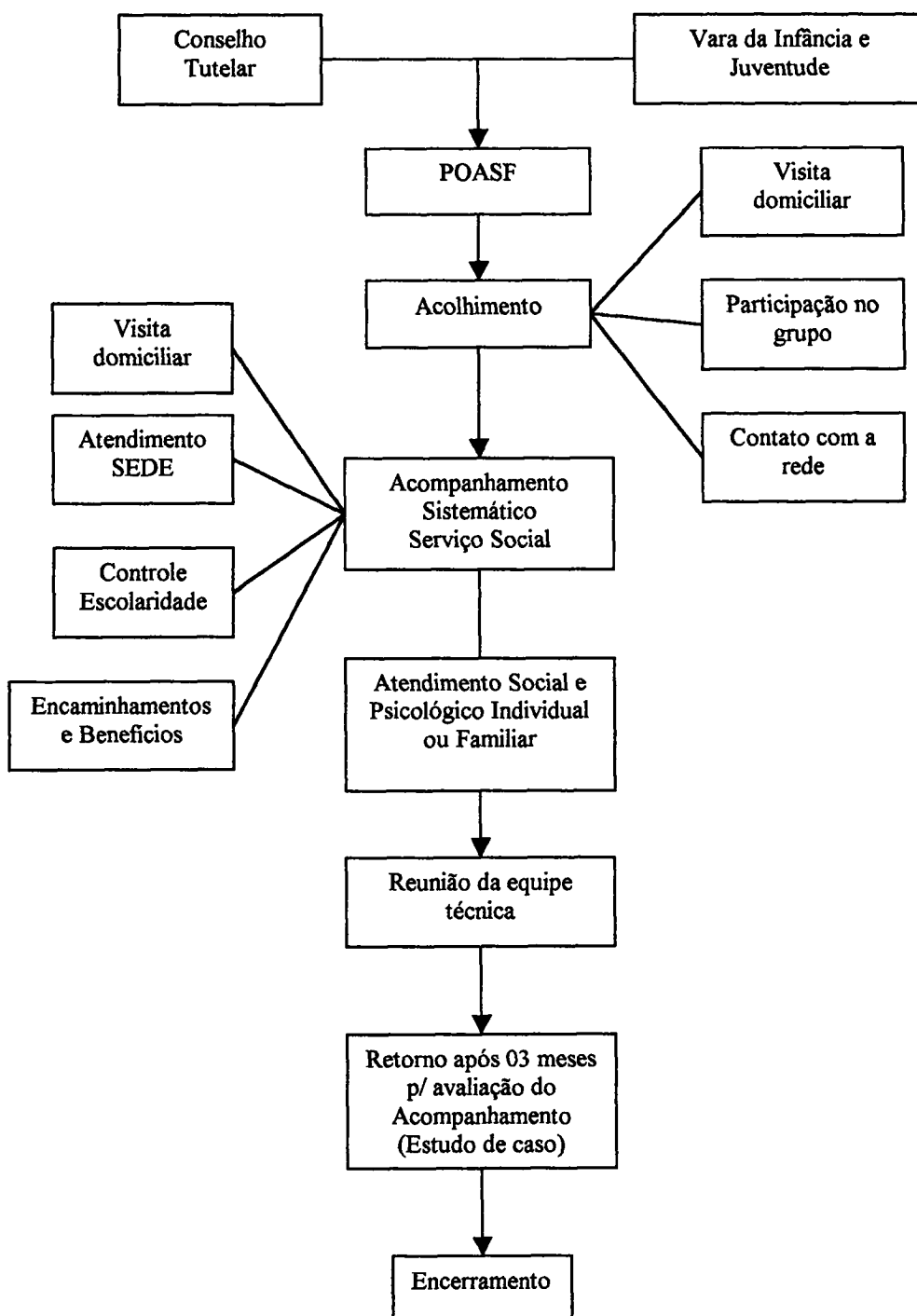


Ilustração 1 - Fluxograma de atendimento às famílias¹⁷
 Fonte: Relatório de estágio 2005/1.

¹⁷ Fluxograma elaborado durante a realização do estágio curricular obrigatório.

Como instrumento de avaliação e planejamento das ações, mensalmente é realizada uma estatística, em que aparecem como indicadores quantitativos: visitas domiciliares; visitas institucionais; atendimentos familiares; atendimentos individuais; encaminhamentos para o mercado de trabalho, saúde, educação, documentos, desintoxicação, projetos, benefícios, etc; contatos com a rede de atendimentos; reuniões da equipe; reuniões administrativas; e famílias atendidas: número de adultos, de adolescentes e de crianças.

Quadrimestralmente realiza-se um levantamento do perfil das famílias atendidas pelo programa, através de uma ficha de Avaliação (ANEXO B) que é preenchida por cada Assistente Social, possuindo também uma etapa para ser preenchida apenas ao término do atendimento, em que se faz uma avaliação final do acompanhamento prestado à família durante a sua permanência no Programa.

Reportando-se ao já citado, percebe-se que o Programa tem um bom planejamento social¹⁸, pois são realizadas avaliações freqüentes do trabalho realizado, bem como mantém canais de participação da equipe ao logo da sistematização do atendimento sócio-assistencial. No entanto, o que preocupa é a falta de respaldo e a pouca visibilidade do Programa perante os gestores da política social pública. Nota-se que o Programa desenvolve um trabalho com vistas à emancipação das famílias, porém não conta com um aparato capaz de assim fazer.

Dentro desta perspectiva, é imprescindível o apoio da rede de atendimentos, abordado no próximo item.

2.2.2 A rede de atendimentos e a relação POASF, família e escola.

O programa desenvolve um trabalho junto à rede social da família, que segundo Mioto (2002, p. 55) “é entendida como um conjunto específico de vínculos entre um conjunto específico de pessoas. Vínculos cujas características podem ser utilizadas para interpretar o comportamento social das pessoas neles envolvidas”.

¹⁸ Ver em BAPTISTA, M V. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. 2 ed. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000.

Para a viabilização do atendimento, o POASF trabalha com a captação de informações junto à rede de atendimentos, considerada peça importante no processo de elaboração do diagnóstico social das famílias.

As famílias do POASF utilizam como rede as escolas, creches, centros de saúde, hospitais, Centro de Atendimento Psico-social – CAPS, projetos de Jornada Ampliada, programas de fornecimento de benefício (hora de comer, bolsa família), instituições para tratamento de dependência química, etc.

A pesquisa¹⁹ realizada com as famílias acolhidas no POASF durante o primeiro semestre do ano 2005 apontou entre outras coisas que a unidade da rede de atendimentos mais utilizada por elas é a escola, acessada por 85% das famílias.

Esta interlocução entre POASF e a rede de atendimentos faz-se importante para efetivação do atendimento. Através dos contatos com a rede de atendimentos a equipe técnica consegue captar informações relevantes sobre a dinâmica da família e que muitas vezes são inacessíveis na entrevista. Estas informações são necessárias para a realização de um diagnóstico social da família e a partir deste, traçar um plano de intervenção.

Um exemplo que ilustra bem a importância desta interlocução é o contato que os profissionais do programa fazem com a escola. A situação escolar dos filhos, que em alguns momentos é mantida em sigilo na sua totalidade, ou até mesmo apresentada de forma distorcida pela família, devido ao temor por represálias, é esclarecida através do contato com educadores. Desta forma, em sua intervenção o programa também considera as demandas escolares apresentadas pelos membros da família, bem como avalia as causas de determinadas situações que vem sendo apresentadas no cotidiano escolar e que muitas vezes somente são expostas a partir do contato com a escola. Considerando isso, torna-se mais fácil propor um plano de intervenção que atenda a família em sua totalidade.

Se a interlocução do POASF com as escolas por si só já se constitui como de fundamental importância, também a relação entre Família e Escola deve ser considerada como um facilitador do desenvolvimento de crianças e de adolescentes. Nesse sentido, na década de 90 são aprovadas leis nacionais e tem-se a elaboração de diretrizes do Ministério da Educação, cujos conteúdos evidenciam a importância da participação da família na escola.

¹⁹ Pesquisa documental de autoria própria, realizada a título de interesse durante a realização de estágio curricular não-obrigatório em 2005/2.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), nos artigos 53 e 55 traz a noção do espaço que a família deve ocupar na escola.

Art. 53 [...]

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsável ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 55 Os pais ou responsável tem a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) preconiza em vários de seus artigos a interação da família com a escola, destacam-se aqui os seguintes:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se envolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Também a Política Nacional de Educação Especial (MEC, 1994), coloca como uma de suas diretrizes gerais adotar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno. E ainda, conscientizar e comprometer os segmentos sociais, a comunidade escolar, a família e as pessoas com deficiência, na defesa de seus direitos e deveres. Entre seus objetivos específicos, apresenta-se o envolvimento familiar e da comunidade no processo de desenvolvimento da personalidade do educando.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10172/2001) define como uma de suas diretrizes a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar (composta também pela família) e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.]Entendendo que

A articulação com a família visa, mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementem e se enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas. (BRASIL, 2001, p.41)

Não se pode deixar de registrar a iniciativa do Ministério da Educação - MEC no ano de 1999, que instituiu a data de 24 de abril como o Dia Nacional da Família na Escola. Neste, todas as escolas devem convidar os familiares dos alunos para participar de suas atividades educativas, pois conforme declaração do Ministro Paulo Renato Souza "quando os pais se envolvem na educação dos filhos, eles aprendem mais"²⁰.

Vicente (2004, p.56) coloca que "a participação dos pais na escola e no processo de aprendizagem da criança são importantes para evitar a evasão".

A luta das famílias e das comunidades contra a evasão escolar passa pela análise dos fatores que excluem a criança da escola e/ou a atraem à rua. Analisar sem culpabilizar nem a criança, nem a escola, nem a família, mas voltados à descoberta de alternativas realizáveis que reintegrem a criança à escola. Pais, escolas, comunidades e jovens devem participar deste processo. (VICENTE, 2004, p. 56-57)

Dessa forma, é fundamental que a escola abra esse espaço para a participação da família e da comunidade em geral, para que todos juntos possam fazer uma leitura do cotidiano escolar dessas crianças e adolescentes, decifrando ainda a sua realidade social. A partir disto, estimular o desenvolvimento de maneiras diferenciadas de educar, levando-se em conta as particularidades dos alunos.

Por outro lado, a escola que não abre esse espaço para a participação da família, e que se fecha ao atendimento centrado apenas no indivíduo, ou seja, nos seus educandos, está se alheando ao contexto familiar. E por isso, pode-se dizer que a família está sendo atendida de forma fragmentada. Aliás, como a maioria das políticas sociais, que são setorializadas e que acabam por não funcionar como deveriam, pois focam sua intervenção na solução do "caso" do indivíduo "problema". Conforme apresenta Mioto (1997, p.21-22)

Preocupadas em dar um atendimento específico, essas instituições não conseguem perceber que é a família como um todo e não apenas um membro dela que necessita de atenção. Por essa leitura fragmentada da realidade familiar deriva um processo interventivo também fragmentado.

E ainda para tratar do assunto de proteção integral as crianças e adolescentes no espaço escolar é necessário considerar que alguns aspectos do contexto sócio-econômico e

²⁰ Declaração feita na teleconferência apresentada pela TV Executiva do Ministério da Educação na data de 17 de maio de 2002, sobre a campanha do *Dia Nacional da Família na Escola*.

familiar interferem direta ou indiretamente no processo educacional. Desta forma, [...] não é possível a escola, se, na verdade, engajada na formação de educandos educadores, alhear-se das condições sociais culturais, econômicas de seus alunos, de suas famílias, de seus vizinhos. (FREIRE, 2005, p.63)

Mas será que as escolas estão preparadas para lidar com as transformações sociais que influenciam em seu processo pedagógico cotidiano? Este processo deveria levar em conta a realidade social estabelecida, e buscar alternativas que fortalecessem a cidadania no sentido de oportunizar aos educandos e suas famílias um maior aproveitamento do espaço escolar.

Ao se permitir o entendimento de que o processo pedagógico desenvolvido no interior da escola está atrelado e condicionado à questão social e suas mazelas, busca-se também a possibilidade de uma ampliação dos canais para desenvolvimento de crianças e adolescentes, como uma maior interdisciplinaridade no espaço da escola²¹.

No município de Florianópolis, a estrutura apresentada pelas escolas não oportuniza uma aproximação da família, uma vez que esta é solicitada não para planejar ações, mas para responder a questões do cotidiano de seus filhos que não correspondem às expectativas colocadas pela escola.

Para uma ampliação desta discussão e a construção de novas perspectivas investigou-se o que pensam aqueles que convivem dia a dia com essas famílias – os profissionais que atuam nas escolas.

²¹ Ver em FAZENDA, I C A. (coord). **Práticas interdisciplinares na escola**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

3.1 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. (MINAYO, 1999, p.25)

A pesquisa realizada tem sua motivação na produção do trabalho de conclusão de curso, dando maior sustentabilidade ao tema.

A partir da prática de estágio verificou-se a relevância do POASF como viabilizador de direitos a população usuária. Desta forma, optou-se em focalizar o tema em um dos mais importantes direitos dos cidadãos – o direito a educação. Para tanto, o tema escolhido para a realização da pesquisa foi a importância da orientação e do apoio sócio familiar para as crianças e adolescentes no âmbito escolar. Segundo Minayo (1999, p.17), “entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade”.

A escolha do tema partiu de interrogações próprias, que começaram a enfileirar-se muito antes do estágio no POASF. Porém, no decorrer do estágio curricular desenvolvido neste ano, juntaram-se a estas interrogações já existentes, muitas outras.

Através da experiência de estágio surgiu um interesse ainda maior pelas questões pertinentes ao cotidiano de crianças e adolescentes que tem seus direitos violados, principalmente os direitos relacionados ao acesso à educação, por considerar uma das poucas ferramentas capazes de reverter um quadro de exclusão social. Colocando isso baseado em minha própria história de vida, cercada de dificuldades impostas pela carência econômica e suas conseqüências.

Durante o período de realização do estágio, a atuação se deu junto ao Acolhimento das famílias, o que possibilitou conhecer as demandas que trazem essas famílias até o Programa. E através da realização de uma pesquisa documental a fim de conhecer o perfil das famílias “acolhidas” durante todo o primeiro semestre de 2005, foi constatado que a unidade da rede de atendimentos mais utilizada pelas famílias é a escola, acessada por 85% delas.

Isso posto, verificou-se que muitas vezes a escola está envolvida nos encaminhamentos das famílias, seja **diretamente** – através da própria demanda apresentada dentro da escola, como a evasão escolar; ou **indiretamente** – através de situações que ultrapassam os limites da escola, mas que nem por isso devem ser consideradas alheias ao processo pedagógico desenvolvido, como: a negligência dos pais, a dependência química, a violência (física, sexual ou psicológica), conflitos familiares, carência sócio-econômica, e outros.

A fim de realizar um estudo sobre estes aspectos levantados, foi adotada a pesquisa social, entendida por Gil (1999, p.42) como:

[...] o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. [...] pode-se, portanto, definir pesquisa social como processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

Com base nisso, o intuito principal no momento final de estágio foi avaliar o papel do programa focalizando não as modificações no ambiente doméstico, mas o que o acompanhamento oferecido pelo Programa repercute para além da casa, ou seja, a pesquisa “invade” o ambiente da escola. Esta que é o recurso acessado pela maioria das famílias do programa, mas não plenamente, visto que a “família em si” na maioria das vezes não é participante, e sim meramente coadjuvante no planejamento didático da escola, tanto pela falta de abertura por parte da escola, quanto pelo próprio desinteresse por parte das famílias, atrelado a inúmeras causas, principalmente de foro cultural.

Para tanto, o objetivo geral da pesquisa está em avaliar a importância da orientação e do apoio sócio familiar no âmbito escolar. Definindo-se como objetivos específicos, a verificação dos seguintes aspectos:

- mudanças ocorridas no âmbito da dinâmica familiar percebidas pela escola;
- o posicionamento das escolas referente a vida extra-classe de seus educandos;
- dificuldades que a escola sente para intervir no cotidiano familiar de seus educandos;
- a orientação educacional em relação às necessidades dos educandos;
- a importância da orientação e apoio sócio familiar, no que tange ao contexto educacional de crianças e de adolescentes;
- possível trabalho do profissional de Serviço Social no âmbito escolar.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da pesquisa utilizaram-se procedimentos metodológicos a fim de alcançar os objetivos propostos já mencionados no item anterior. Conforme Minayo (1999, p.16) a metodologia é entendida como

[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. Dizia Lênin (1965) que “o método é a alma da teoria” (p. 148), abordando tal tema (como técnicas e instrumentos) do sentido generoso de pensar a metodologia como articulação entre conteúdos, pensamentos e existência. (MINAYO, 1999, p.16)

No que se refere à classificação da pesquisa, esta é tanto quantitativa, quanto qualitativa, visto que as duas se complementam. Na caracterização das famílias foram utilizados dados numéricos, bem como uma análise baseada nos resultados obtidos. Já na realização das entrevistas e análise de seus resultados foram utilizados os conceitos e opiniões dos entrevistados, dados estes que não podem ser quantificados.

Segundo coloca Minayo (1999, p. 21-22), “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares”:

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa se constituiu em três etapas: a fase exploratória da pesquisa, que segundo Minayo (1999, p.26) é o “tempo dedicado a interrogarmos preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar à cabo o trabalho de campo”; a fase de trabalho de campo, que para Minayo (1999, p.26) “combina entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional etc”; e por fim a fase do tratamento do material, que como coloca Minayo (1999, p.26) subdivide-se em ordenação, classificação e análise propriamente dita. “O tratamento do material nos conduz à teorização sobre os dados,

produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição.”

Para a realização do trabalho foram adotados os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e documental, elaboração de formulário (questionário) e entrevistas.

A pesquisa bibliográfica se deu a partir de um levantamento do material (textos, artigos, livros) relacionado ao tema da pesquisa e a sua estruturação científica, o que veio a ser um facilitador para o desenvolvimento das etapas posteriores, pois:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos. [...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 1999, p. 65)

A pesquisa documental foi realizada com o material fornecido pelo programa, através da autorização da coordenação (APÊNDICE A). Foram utilizados os dados das famílias contidos nos prontuários, catálogo com telefones e endereço das escolas, etc. Para Gil (1999, p. 66) “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa”.

A partir do levantamento das famílias em atendimento sistemático, foi possível desenhar a caracterização destas famílias. Sendo que o objetivo principal da leitura da realidade das famílias atendidas pelo Programa está em colaborar posteriormente para reflexões durante a apresentação das entrevistas com os profissionais que atuam nas escolas. Essa caracterização ainda possibilitou identificar as escolas que atendem estas famílias, e que veio a ser o universo da pesquisa. Para Gil (1999, p.100) “Universo ou população. É um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. [...] Amostra. Subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”.

A amostragem foi realizada com percentual de 10% das escolas, ou seja, realizou-se com quatro de um universo de quarenta escolas. Adotou-se como critério de amostra as escolas de maior incidência entre as famílias em acompanhamento no Programa. Estas escolas pesquisadas representam um total de 16 famílias e 63 educandos.

Para a realização das entrevistas optou-se pela utilização do questionário (APÊNDICE B), que foi elaborado de modo objetivo, e se constituiu como ferramenta para obtenção de respostas claras buscando abordar a problemática da pesquisa.

O questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaborado, sistemática e seqüencialmente disposto em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes, respostas por escrito ou verbalmente sobre assunto que os informantes saibam opinar ou informar. É uma interlocução planejada. (CHIZZOTTI, 2005, p. 55)

As entrevistas foram realizadas nos meses de novembro de 2005 e fevereiro de 2006. Optou-se em entrevistar as orientadoras educacionais. Contudo, nos casos onde não havia orientadora ou a mesma não costumava ser presente na escola, verificou-se a possibilidade de entrevistar a direção da escola, por demonstrar ter maior contato com os educandos fora da sala de aula.

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (GIL, 1999, p. 117)

Para o desenvolvimento das entrevistas foi realizado contato prévio por telefone para solicitar a participação e explicar os objetivos da pesquisa, bem como enfatizar a importância da sua colaboração pessoal. Nesse sentido, foram entrevistados uma orientadora educacional, duas diretoras e um diretor. Em todos os casos a entrevista foi direcionada ao profissional da escola que mais conhecia os educandos.

Para um maior aproveitamento das falas dos entrevistados, utilizou-se o recurso da gravação em áudio.

O último procedimento realizado foi à análise dos dados obtidos com a aplicação do questionário aos educadores das escolas. Todavia, para que seja possível alcançar os aspectos abordados pelas entrevistas é preciso conhecer algumas características destas famílias, apresentadas no item a seguir.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Durante a realização da pesquisa documental, que aconteceu em outubro de 2005, foram utilizados os dados referentes às famílias que encontravam-se em atendimento sistemático, um total de oitenta e seis famílias. O levantamento²³ para a caracterização das famílias foi feito com 100% das famílias.

Ao acessar as informações sobre a família, não houve muita dificuldade, visto que todo o atendimento prestado é documentado pelos técnicos do Programa. Mesmo assim, não se descarta a hipótese de que algumas informações possam estar desatualizadas, devido dentre outros aspectos à rotatividade de famílias no programa.

Foram levantados cinco aspectos que serão apresentados na seqüência.

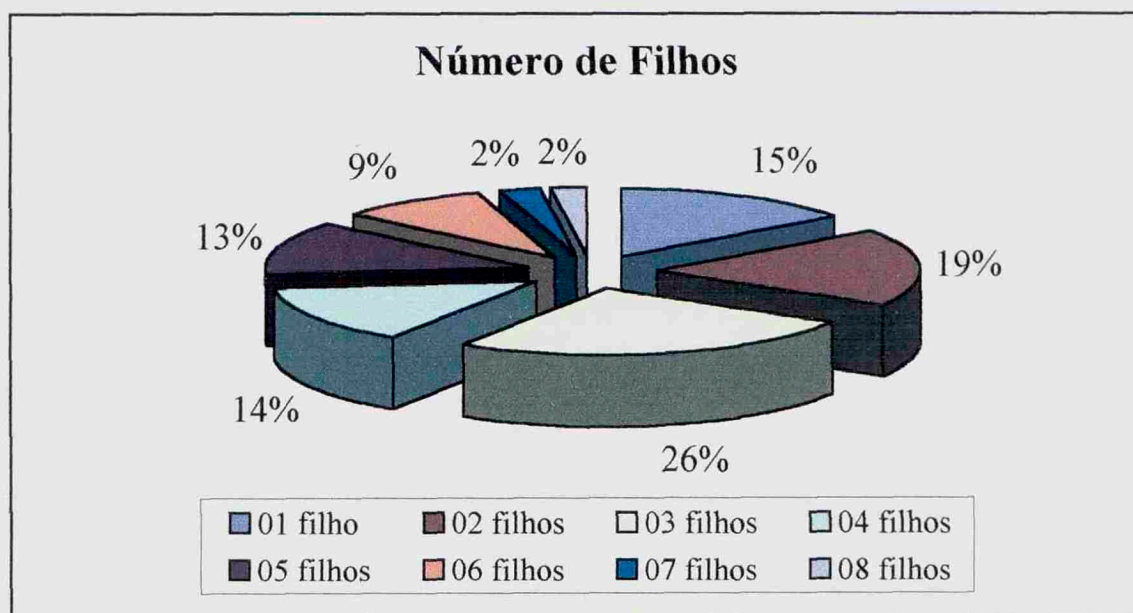


Gráfico 1 - Número de filhos por família
Fonte: Prontuários das famílias em atendimento no POASF.

Através do gráfico percebe-se que as famílias, em sua maioria, não apresentam um número elevado de filhos, considerando-se que na faixa de 1 a 3 filhos estão 51 famílias (60%). Treze famílias (15%) têm apenas um filho, dezesseis famílias (19%) têm dois filhos, vinte e duas famílias (26%) têm três filhos, doze famílias (14%) têm quatro

²³ Levantamento realizado através da consulta dos prontuários no período de outubro a novembro de 2005.

filhos, onze famílias (13%) têm cinco filhos, oito famílias (9%) têm seis filhos, duas famílias (2%) têm sete filhos e duas famílias (2%) têm oito filhos.

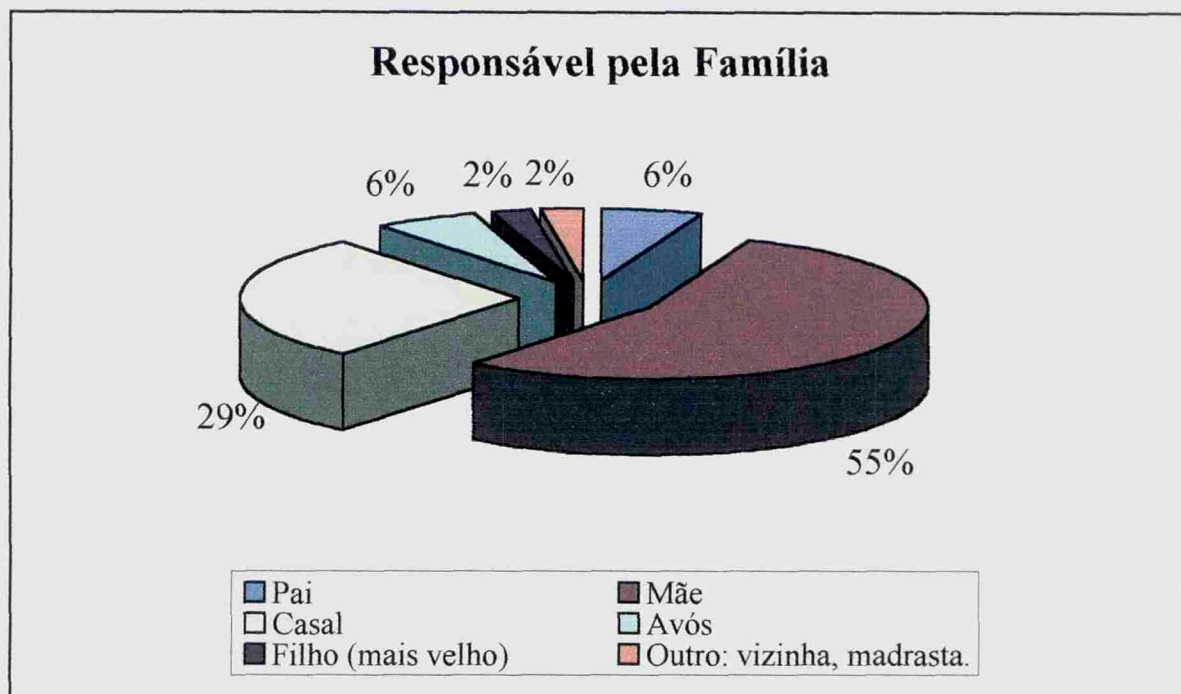


Gráfico 2 - Membro responsável pela família
Fonte: Prontuários das famílias em atendimento no POASF.

O responsável pela família é compreendido pelos técnicos do programa, como a pessoa do núcleo familiar que se responsabiliza pela família, principalmente nos cuidados e proteção de seus filhos.

A maioria das famílias do programa possui como responsável a mãe, são quarenta e seis famílias (55%). O casal, ou seja, pai e mãe²⁴ são os responsáveis em vinte e quatro famílias (29%). O pai e os avós aparecem em terceiro lugar, pois cinco famílias (6%) apresentam o pai como responsável, e outras cinco (6%) apresentam os avós. Há ainda duas famílias (2%) em que o responsável é a irmã mais velha. E outras duas famílias (2%) em que os responsáveis não possuem laços consanguíneos, em que uma responsável é a madrasta e a outra a responsável é a vizinha.

Destaca-se aqui o papel da mulher como “cuidadora” da família. Cabe a mãe zelar e proteger seus filhos, e em muitos casos ela é ainda a provedora material. Nesse sentido, Lima (2000, p.66) coloca que:

²⁴ Pai e mãe, na pesquisa entende-se também como pai e companheira, ou mãe e companheiro.

[...] o homem ainda não está assumindo as tarefas de casa, da mesma forma que a mulher assume as atividades do mundo público. Admite-se, que há no que se refere às ocupações domésticas masculinas, uma transformação, mas essa é ainda incipiente. O que provoca uma sobrecarga ou dupla jornada de trabalho para as mulheres.

“Os maridos apresentam-se quase sempre como ausentes, mesmo os que estão fisicamente presentes. Esta ausência se dá tanto para o auxílio nas atividades domésticas, como no processo educacional e emocional dos filhos, e também na contribuição da renda”. (TAKASHIMA apud LIMA, 2000)

As mulheres acabam por assumir uma jornada que as sobrecarrega, fazendo com que tenham cada vez menos tempo para o acompanhamento diário dos filhos, influenciando negativamente no desenvolvimento sadio deles. O que se confirma também nos assuntos relacionados à escola, pois sem o fundamental supervisionamento dos responsáveis as crianças e os adolescentes acabam por não dar a escola o seu devido valor, vindo a procurar a rua e seus atrativos.

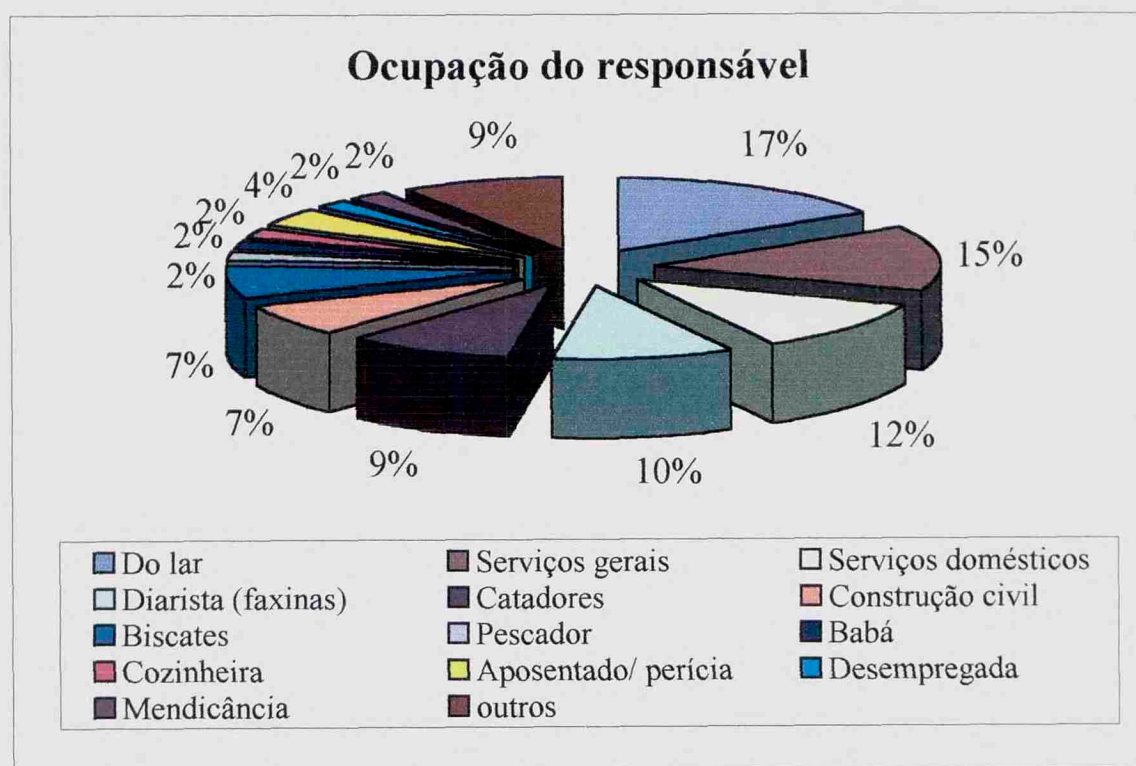


Gráfico 3 - Ocupação do responsável pela família
Fonte: prontuários das famílias em atendimento no POASF.

A realidade observada mostra que os responsáveis pelas famílias apresentam na sua grande maioria ocupações pertencentes ao mercado de trabalho informal. Não possuem carteira assinada quando em “trabalho fixo”, e também exercem funções de subemprego²⁵.

Como pode-se observar no gráfico acima, em: 17% das famílias a ocupação do responsável é Do lar; 15% das famílias a ocupação do responsável é Serviços Gerais; 12% das famílias a ocupação do responsável é Serviços Domésticos; 10% das famílias a ocupação do responsável é diarista; em 9% das famílias o responsável é catador (de papel e/ou de alumínio); 7% das famílias o responsável é trabalhador da construção civil (pedreiros e serventes); em outros 7% das famílias o responsável declara sua ocupação como biscate; em 2% das famílias a ocupação do responsável é pescador, outros 2% de babá, e em outros 2% de cozinheira. Em 9% das famílias os responsáveis possuem outras ocupações: Artesã, Gráfico, Vendedor, Costureira, Recepcionista, Operadora de Telemarketing, Gari, Manicure, Jornaleiro.

Há ainda 8% das famílias em que o responsável não possui ocupação: em 2% o responsável pratica a mendicância, em outros 2% o responsável está desempregado, e em 4% o responsável encontra-se em perícia médica ou aposentado.

Segundo Yazbek (1993, p. 110) “o que a história recente do capitalismo vem mostrando é a rejeição de contingentes crescentes de trabalhadores para os quais o trabalho é instrumento de sobrevivência e não de ascensão social”.

O que percebe-se é como a degradação das formas de trabalho influi negativamente na sobrevivência destas famílias, como verificado a seguir através da renda que a família utiliza para o seu sustento.

²⁵ **Subemprego** é uma situação econômica localizada entre o emprego e o desemprego. Ocorre normalmente quando a pessoa não tem recursos ou condições para se manter parada enquanto procura emprego e vai para uma atividade da economia informal (por exemplo, a de camelô ou a de catador de papel) em função da necessidade de sobrevivência. Tal situação - que deveria ser temporária - transforma-se em definitiva quando o trabalhador não consegue mais voltar à economia formal (com o recebimento de salário, carteira assinada, etc.) e transforma o subemprego em modo de vida. Este é um fato ruim, pois exclui a maioria dos trabalhadores nessa situação, que não podem pagar a Previdência Social e nem possuem direitos trabalhistas. <http://pt.wikipedia.org/wiki/subemprego>, acesso em 07 de fevereiro de 2006, às 10 horas.

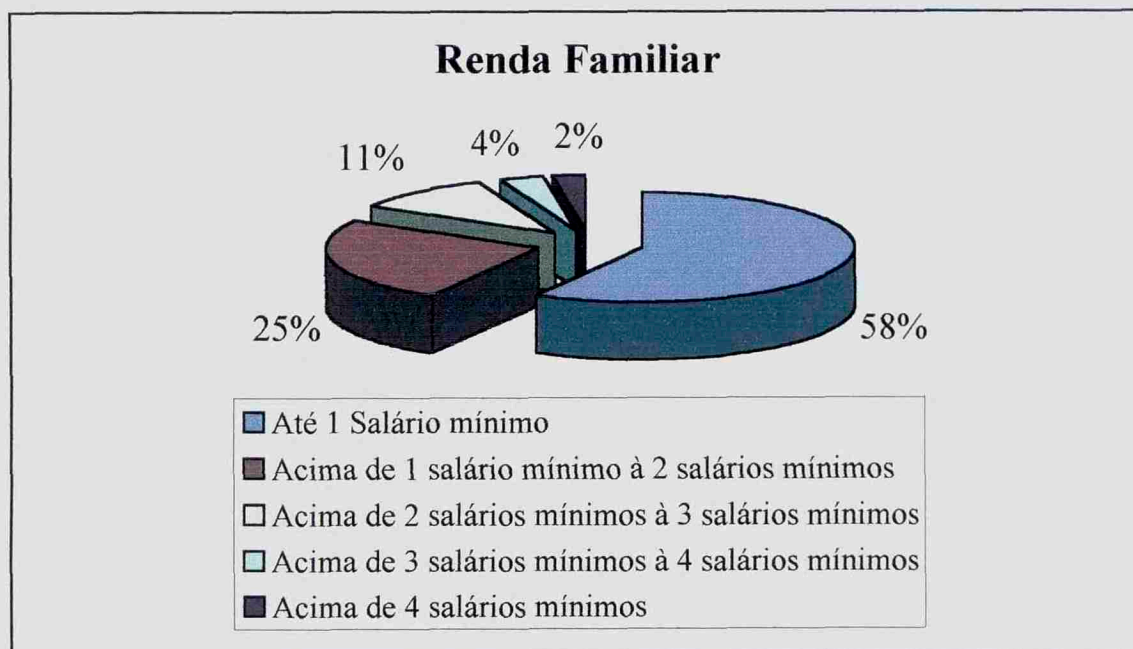


Gráfico 4 - Renda familiar

Fonte: Prontuários das famílias em atendimento no POASF.

Como observa-se no gráfico acima 58% das famílias possuem renda mensal de até um salário mínimo²⁶. Em 25% das famílias a renda mensal fica entre um à dois salários mínimos. Em 11% das famílias a renda mensal está entre dois e três salários mínimos. Já 4% das famílias têm renda mensal de três a quatro salários mínimos. E somente em 2% das famílias a renda mensal é acima de quatro salários mínimos.

Se comparados os resultados obtidos no gráfico acima, e os resultados do gráfico que ilustra o número de filhos por família é possível compreender que embora o número de filhos por família não seja muito elevado, a renda da maioria é mínima, o que faz com que a pobreza das famílias atendidas pelo programa seja evidente. Os baixos salários não atendem as necessidades básicas do grupo familiar, que muitas vezes somente por esse motivo passa a ser considerado em situação de risco social, carecendo de atendimento.

Um exemplo seria comparar uma família com pai, mãe e três filhos e uma renda de um salário mínimo, ou seja, R\$ 300,00 (trezentos reais), a renda percapita seria R\$ 60,00 (sessenta reais). Esse valor comprova o quanto está defasado o salário mínimo.

²⁶ Destas famílias que possuem renda de até 1 salário mínimo fazem parte também as que não possuem nenhuma forma de renda, bem como as que possuem como renda mensal apenas os benefícios recebidos do Estado, como o bolsa-família. Existem ainda as famílias que mesmo enquadrando-se nos critérios para admissão em programas de transferência de renda ou de concessão de auxílio sócio-emergencial, não estão por algum entrave acessando estes benefícios que teriam direito.

Os baixos salários estão diretamente relacionados à falta de oportunidades no mercado de trabalho que os conduz a subempregos ou ao desemprego. Esta condição resulta de uma história de vida altamente excludente, em que lhes foi negado o direito à educação, possivelmente também negado aos seus pais e avós, vindo a reproduzir-se aparentemente de modo irremediável.

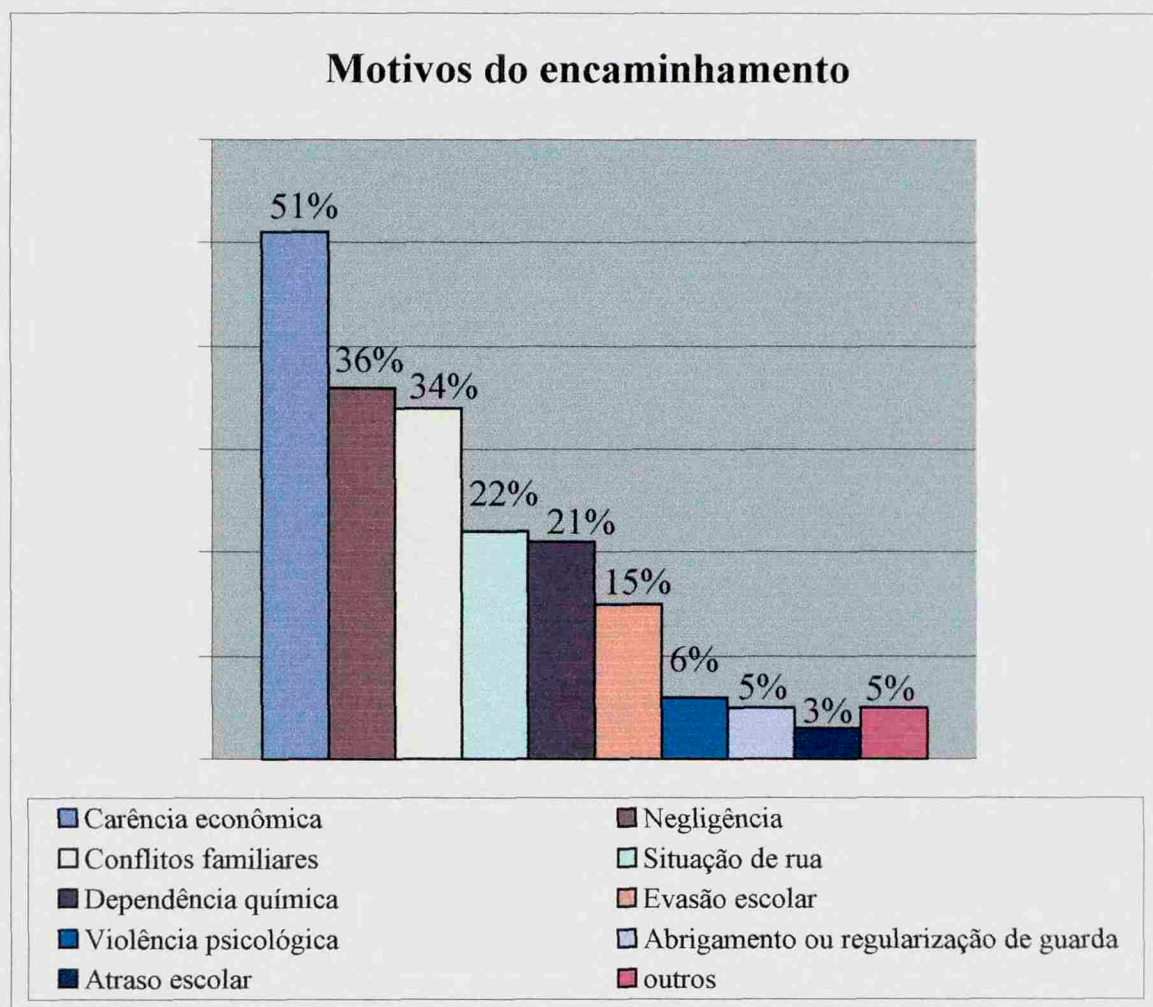


Gráfico 5 - Motivos de encaminhamento

Fonte: prontuários das famílias em atendimento no POASF.

Relembrando o já abordado: o POASF tem como público alvo as famílias que possuam crianças e/ou adolescentes em situação de risco social. Percebendo-se pelo gráfico que as famílias são encaminhadas para o Programa por motivos em algumas vezes múltiplos e associados. Como demonstra o gráfico, 51% das famílias apresentam como um dos motivos do encaminhamento a grave carência econômica; 36% das famílias apresentam situação de negligência severa no cuidado com seus filhos; 34% das famílias

apresentam situações de conflito familiar; 22% das famílias têm um ou mais de seus membros em situação de rua; 21% apresentam situação de dependência química; 15% apresentam crianças e/ou adolescentes em situação de evasão escolar; 6% apresentam violência psicológica cometida pelos responsáveis; 5% vieram encaminhadas devido ao abrigo de seus filhos ou por motivo de regularização de guarda, 3% apresentavam como demanda o atraso escolar. Somam-se ainda 5% de famílias que apresentam demandas de mendicância, trabalho infantil, violência física e separação dos pais.

Mas o que levam realmente as famílias a serem acompanhadas pelo Programa, e que vai além da situação de risco social em que se encontram seus filhos? A resposta em parte está no déficit do Estado, na falta, ou na pouca efetividade das políticas públicas, que não garantem sequer os mínimos sociais²⁶.

Como é possível, por exemplo, “criar” um filho se a renda percapita na sua família é um quinto de salário mínimo? Como garantir a ele o que comer, o que vestir, e ainda o acesso ao esporte, ao lazer e a cultura, se nem mesmo uma educação de qualidade ele terá? Essas são perguntas que ainda não tem uma resposta válida.

Como ilustra Carvalho (2004, p.99) “[...] com a ausência de trocas culturais e sem o acesso a serviços de educação, lazer e cultura, as famílias possuem poucas ferramentas para romper com sua identidade de excluídos”.

O Estado por sua vez “inventa” programas que julga auxiliar estas famílias, não gera renda, mas sim a entrega, ou “transfere” como conceituam. Quando na verdade o que elas realmente querem é não depender da bolsa família, bolsa escola, e da “bolsa esmola” como dizem algumas famílias do Programa. O que estas famílias querem são oportunidades, oportunidades de educação, de trabalho, de um salário digno, que também possibilite ver seus filhos crescendo saudáveis. O Estado lhes nega o que é de direito e depois os cobra.

Assim, trabalha-se com uma visão equivocada, quando entende-se que são apenas crianças e adolescentes que estão em situação de risco social, visto que na verdade é a família como um todo que padece.

²⁶ [...] o conceito de mínimos sociais foi se configurando como correspondente ao provimento “das necessidades básicas da população, em termos de emprego, renda, educação, saúde, previdência social, alimentação e nutrição, habitação e saneamento, transportes urbanos, etc”. (Calsing, 1995:7), ou seja, o provimento dos mínimos sociais equivaleria ao acesso aos bens e serviços básicos de reprodução da vida moderna, em suas possibilidades, oportunidades e condições. (LOPES, 1998, p. 96)

3.4 O QUE PENSAM OS PROFISSIONAIS DA ESCOLA

Reportando-se a caracterização das famílias, fica evidente que estas crianças e adolescentes, pertencentes às escolas pesquisadas, convivem desde cedo com um contexto social extremamente excludente e por consequência desfavorável aos processos de educação.

As respostas obtidas através das entrevistas desvendam o que pensam os profissionais que atuam nestas escolas em diferentes pontos, como os recursos que estes têm disponíveis e as perspectivas deles para um trabalho mais efetivo no ambiente escolar, considerando que são estes profissionais que se deparam com diversas problemáticas que afligem o campo educacional, e precisam dar respostas a essas questões.

Os questionamentos feitos a esses educadores estão divididos em sub-itens, e serão apresentados a seguir.

3.4.1 Mudanças dos educandos

A primeira pergunta feita aos profissionais da escola dizia respeito ao aproveitamento dos educandos, para isso lhes foi apresentado a relação dos alunos atendidos pelo Programa, para que fosse possível sua avaliação. Nesta relação continham além dos dados dos alunos, o nome de seus pais, o motivo do encaminhamento e a data de inserção da família no Programa.

Foi perguntado se os educandos participantes do Programa apresentaram alguma mudança na escola após inserção no Programa. Três dos quatro profissionais que participaram da pesquisa responderam não dispor das informações necessárias para dar uma resposta a contento, no que se verifica por suas falas:

Eu não saberia dizer, pois não conheço todos esses educandos. É impossível conhecer todos, pois a escola possui cerca de 600 alunos. E o número de horas que eu faço na escola não me possibilita saber do desempenho individual dos alunos.
(Orientadora A)

Não saberia dizer, pois não consigo ter esse controle do aproveitamento deles.
(Diretora B)

Eu não posso responder com uma verdade absoluta, porque pelo nome eu não estou lembrando quem são, eu não estou juntando o nome à pessoa, com certeza eu os conheço, mas eu não poderia te dizer. (Diretor D)

Através das falas destes três educadores percebe-se o quanto é difícil conhecer todos os alunos, ter ciência do seu aproveitamento escolar e identificar possíveis mudanças. E se já é difícil ter controle do que se passa dentro da escola, mas difícil ainda é ter conhecimento do que acontece fora de seus limites institucionais. O que estes profissionais trazem é justamente a falta de tempo, seja por uma demanda que vai além de suas capacidades, seja pela quantidade de atribuições que estes exercem no ambiente da escola.

Apenas uma Diretora soube dizer como estavam as crianças, e esta conhecia as três famílias e todos os dezesseis educandos apontados. Mesmo assim, a mesma não conseguiu informar se notou mudanças nos educandos após a inserção no Programa, colocando principalmente que todas as crianças estavam bem na escola, como demonstram suas falas:

Todos vão indo muito bem, gostam de ler, gostam de escrever, gostam de arte, gostam de música. Eu acho que se ela fosse assim uma mãe que tivesse condições financeiras para dar aquelas crianças tudo que elas merecem, se ela tiver uma ajuda, essas crianças vão longe. (Diretora C)

A família da dona Maria e do seu Zé²⁷, é uma família bem grande, é uma família muito carente, carente em todos os sentidos. Nós demos aquilo que poderíamos dar, a escola ofereceu tudo que tinha para oferecer, quase como o próprio lar. Mas, a escola eu acho que ainda ta faltando alguma coisa para eles. (Diretora C)

Por suas falas, a Diretora C demonstrou sua preocupação com o cotidiano extra classe de seus alunos, ressaltando que estas famílias precisam de apoio – em suas palavras, “ajuda” – remetendo inclusive a figura da escola ao próprio lar dos educandos. Ainda vale relatar que esta última família a que ela se refere, não possui mais suas crianças na escola, pois elas foram abrigadas recentemente. Talvez por isso ela acredite que apesar da escola ter oferecido tudo que podia oferecer a eles, ainda falte alguma coisa na escola.

Mas o que deveria ser a escola? Qual é a escola que queremos? Estas e outras interrogações serão respondidas nos itens posteriores.

²⁷ Os nomes citados no decorrer da apresentação da pesquisa serão nomes fictícios, a fim de preservar a identidade das famílias.

3.4.2 A participação da escola no cotidiano

Quando os entrevistados foram questionados se as escolas devem ser “participantes” ou de alguma maneira interferir no cotidiano extra classe (fora da escola) dos educandos, todos responderam que sim, que de alguma forma a escola deve estar atenta ao cotidiano extra classe de seus alunos. Entretanto, mesmo concordando, evidenciaram alguns entraves para esta intervenção. Como verificado nas falas a seguir:

Talvez na minha visão de pedagoga a gente sempre vê a família participando da escola, isso é uma coisa que a escola discute pra buscar. O mínimo que a gente consegue perceber da vida familiar ou mesmo comunitária de um aluno, às vezes, nos deixa muito claro o por quê de determinados comportamentos, ações e reações, e aí quando a gente entende isso, a gente consegue elaborar maneiras melhores de trabalhar com alguns alunos. (Orientadora A)

A fala da Orientadora A aborda um aspecto importante, que é o de perceber a vida familiar e comunitária dos alunos, e a partir desta percepção entender os motivos que levam estes a apresentarem determinados comportamentos, para então trabalhar de uma forma diferenciada, que oportunize uma maior inclusão destes alunos. Como traz Ferreira apud Gerardi (2000, p.48), “a vida cotidiana tem dimensões econômicas, mas também estéticas, religiosas, morais e políticas”. Por isso, faz-se necessário avaliar todo este contexto quando se trabalha pela formação do cidadão.

Como a gente trabalha com muito projeto, os alunos que se engajam em projetos a gente até tem esse controle após aula, mas o nosso problema fica nos recursos humanos. Porque falta pessoal até mesmo pro próprio período. Importante é, mas faltam profissionais na escola. (Diretora B)

Para a Diretora B, a pouca participação da escola deve-se a falta de recursos humanos, pois para ela os profissionais que a escola dispõe são insuficientes até mesmo para o período de aula.

A escola deve interferir, deve estar junto, não só dentro da sala de aula. Quando a escola sair fora do portão da escola, ela está participando da vida ativa das crianças, e é isso que elas precisam. (Diretora C)

Como ressalta a diretora C, a escola deve participar ativamente da vida das crianças, não apenas dentro de sala, mas além muro da escola. Neste aspecto, é inevitável

pensar a escola de forma próxima ao contexto social a que estão dispostas estas crianças, entendendo que a escola não é elemento independente da realidade social em que estas estão inseridas. A escola “não pode ser pensada como se estivesse isolada por uma ‘muralha’ do conjunto das demais práticas sociais, mesmo quando os saberes transmitidos são vagos, abstratos, assumindo a aparência de independência ante os condicionamentos sociais”. (FRANCO apud GERARDI, 2000, p.38)

Com certeza, por isso que eu sou um dos defensores da escola aberta. Porque temos que deixar de ver a escola como era no tempo da idade média, o tempo da escolástica, onde era o professor, o aluno e o quadro negro. O professor passando exclusivamente aqueles seus conhecimentos, e o aluno tinha obrigatoriamente que aprender. Quem aprendeu aprendeu, quem não aprendeu, o problema é seu, e não é assim, nós temos que criar situações pedagógicas todo dia, e não é só na sala de aula, pelo contrário a gente aprende em todos os lugares, e a escola precisa ter essa participação sem a menor sombra de dúvidas, mas não só a escola, a família também, família e escola juntas. (Diretor D)

As falas da Diretora C e do Diretor D deixam claro que a escola deve intervir no cotidiano de seus alunos, e ainda ambos trazem a idéia de uma “escola aberta”²⁸, ultrapassando o eixo professor – aluno, e tornando a participação da comunidade algo comum e almejado. Quando a escola abre espaço para a comunidade, solicitando sua participação nas ações que desenvolve, a comunidade passa a ser co-responsável pela atuação da escola.

É importante fortalecer então, a visão da escola como uma instituição democrática, em que a comunidade tenha a oportunidade de participar e contribuir nos processos de gestão e organização da escola.

3.4.3 As dificuldades da relação escola e família

Foi lhes perguntado que dificuldades a escola sente para intervir na vida familiar de seus educandos quando percebe que seu desenvolvimento escolar vai além da sala de aula (ou está sendo prejudicado por assuntos, por exemplo, de cunho familiar). Estes

²⁸ Ver em VALLEJO, J. M. B. **Escola aberta e formação de professores: elementos para a compreensão e a intervenção didática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

responderam que sentem muitas dificuldades, e destacaram a falta do contato com as famílias como principal limitação, como expresso em suas falas:

Muita dificuldade. Existe muita família que muito prontamente vem à escola, que vem porque a gente telefonou ou mandou bilhete ou vem porque quer vir sem a gente pedir pra vir, tem várias famílias que são assim. Mas a maioria não vem, e a gente torna aquela frase que a escola está dizendo, mas eu não consigo não falar: aquelas que realmente a gente gostaria que viessem, a gente tem muita dificuldade de trazer pra escola. Mas também acredito que algumas delas muito em função de sua rotina, e de os responsáveis pelos alunos estarem sempre na corrida do seu dia-a-dia, essas coisas acabam ficando de lado, infelizmente. (Orientadora A)

A Orientadora A aponta para as diferenças percebidas nas famílias. E afirma que aquelas famílias que os educadores gostariam de ter uma maior proximidade, são as mais difíceis de trazer para a escola. Ela também aponta a possível causa, que seria a vida “corrida” dos pais destes educandos.

Neste aspecto, como já abordado no item em que traz a caracterização das famílias atendidas pelo POASF, embora muitas delas vivam no mercado de trabalho informal isso não faz com que represente uma sobra de tempo, e muito pelo contrário, representa sim a falta de garantias relacionadas à Seguridade Social, baixos salários, etc. Muitos pais, devido ao seu ritmo de trabalho, ou até por uma questão cultural não dedicam parte do seu tempo ao acompanhamento escolar de seus filhos.

Um deles também seria a falta de profissionais, só que a gente precisa do apoio da família e nem sempre nós temos, e quando existem problemas mais sérios, até que a gente procura. Infelizmente esse ano nós tivemos até que fazer B.O. de alguns alunos. Nós fizemos B.O. mesmo porque foi grave, ele estragou patrimônio público, de agressão, então a gente partiu pro B.O, mas daí do B.O. a gente não sente mudança porque não tem o que fazer. Então eu notei que falta como a gente pessoas pra ta trabalhando com isso, e se nós tivéssemos profissionais dentro da escola de repente nem iríamos ta procurando eles pra ta registrando um B.O., uma coisa assim de uma criança. (Diretora B)

Para a Diretora B o que falta são profissionais para atuarem na escola. Ela coloca a questão do vandalismo, que é presente em praticamente todas as escolas, como um aspecto que poderia ser trabalhado e sanado se tivesse profissionais na escola atuando na detecção e atenção as suas causas. O que percebe-se é que muitos educadores sentem-se impotentes frente a problemas como este, pois não possuem um aparato instrumental capaz de trazer uma solução, tendo que procurar outras instâncias, nesse caso a ação policial.

É, não é muito fácil, você como futura Assistente Social, você vai sentir isso na pele, não é toda família que quer uma participação de outras pessoas, mas a escola está sempre presente, principalmente nas nossas crianças aqui do morro, não tem uma família em que a escola não tenha uma participação mais ativa. (Diretora C)

Para a Diretora C, a escola deve estar sempre presente, tendo uma participação ativa na família. É muito importante que os educadores tenham esta visão, pois:

[...] Os múltiplos desafios que a sociedade atualmente precisa enfrentar tornam a parceria com os pais indispensável para a educação nos valores que queremos desenvolver. Educar no exercício da cidadania pressupõe a participação de todos – família e escola – na formação dos jovens. (ROCHA, 1998, p.85)

Porque nós estamos diariamente em contato com duas instituições falidas, a escola pública e a família. O inchaço da escola pública fez com que a qualidade do nosso ensino caísse bastante. Em relação à família, nós temos primeiro que conceituar o que é família, porque família quando eu era criança, era pai, mãe e os filhos. Hoje na maioria das vezes ela não tem esse tipo de família de pai, mãe e filhos, é mãe sozinha ou é pai sozinho, ou é mãe que tem filhos e aí é casada com uma pessoa que tem filhos de um outro casamento, o conceito de família hoje já não é mais o mesmo. Então o maior problema que eu vejo é o afastamento destas duas instituições, ao contrário elas deveriam estar juntas, elas se distanciam. É a família que deixa os alunos na escola achando que a educação é de responsabilidade da escola, e a escola que diz que a educação deve vir do berço. Então ao invés de se unirem, de agregarem valor em solidariedade ao outro, existe essa ruptura. (Diretor D)

Outro aspecto importante, e que foi apontado pela Diretora C e pelo Diretor D, é a pouca interação família - escola. Mas, a quem compete à responsabilidade por esta falta de interação? Seria papel da família buscar a escola? Ou seria papel da escola criar mecanismos de participação mais atrativos para as famílias?

Hoje a escola abre seus portões para um mundo muito diferente do que o de épocas atrás. As desigualdades sociais que geram a pobreza, a falta de oportunidades, e ainda ampliam a criminalidade e a violência urbana, refletem-se ainda em alguns dos piores problemas enfrentados pela escola, como o baixo rendimento e a evasão escolar. E nesse sentido, a escola precisa estar atenta para perceber o que seus educandos trazem como demanda, sejam estas demandas internas ou externas a escola.

Levando-se em conta que uma boa parte da vida destas crianças e adolescentes acontece dentro da escola, e que a escola não é apenas um espaço de transferência de conhecimento – mas um espaço de socialização e de crescimento, assim como a família – seria importante que a escola pensasse a família como parceira fundamental no processo de educação desenvolvido.

No entanto, percebe-se ainda pelas falas destes educadores que faltam instrumentais que oportunizem uma maior interlocução entre a escola e a família.

Também é importante pontuar na fala do Diretor D a questão de conceituar família. Como aponta Zago (1994, p.14) em seu estudo sobre a relação escola – família:

Adotar o modelo nuclear como normativo para definir família é, portanto, limitador, pois não corresponde à realidade social e tem, por outro lado, servido para considerar como “desorganizadas” aquelas que não correspondem à forma de organização dominante na sociedade.

Com base nisto, o necessário talvez não fosse fundar um conceito de família, mas entender que ela não é uma unidade estática, e sim uma instituição que se transforma, se adapta, e vai ganhando novos contornos, seja em decorrência das épocas históricas em que se constituem, seja pelas próprias etapas que vivenciam seus membros. Dito isto, cabe enxergar a família não pela sua composição, mas pelo papel que esta desenvolve, e que para escola pode ser muito útil.

3.4.4 A orientação pedagógica

Quando os educadores foram indagados se a supervisão ou orientação pedagógica oferecida pela escola que é destinada aos educandos supre as suas necessidades, três dos entrevistados responderam que a orientação que a escola oferece está sendo insuficiente, apontando como principal fator a falta de profissionais na escola. O que é constatado pelas suas falas:

Não. Eu sou uma orientadora educacional que tenho 40 horas nesta escola, estou todos os dias de manhã e três tardes, e tem uma supervisora escolar que vem quatro manhãs. A escola, apesar de não ser uma das maiores escolas de Florianópolis, ela tem mais ou menos 600 alunos, ela tem de pré ao terceiro ano do ensino médio, isso faz uma variação muito grande de planejamento, de avaliação, de acompanhamento. O trabalho de

prevenção ele acaba sendo deixado de lado porque tem muito fogo imediato pra ser apagado. (Orientadora A)

É bem importante ter o serviço de orientação educacional e a supervisão dentro da escola, e infelizmente nós estamos bem precários porque nós temos uma orientadora de 20 horas. O problema também são os recursos humanos. (Diretora B)

Temos apenas uma orientadora que não é suficiente, porque temos mais de 2000 alunos. Não supre as necessidades dos alunos, exatamente pela falta de recursos humanos. Uma pessoa pra todos esses alunos, não tem como. (Diretor D)

Apenas uma escola não possui Orientação educacional, e a Diretora ressalta que quando o serviço era oferecido, era muito bom. E ainda mesmo sem ser questionada apontou que queria uma Assistente Social para a escola, como visto em sua fala:

Nós não temos orientação pedagógica, e até o ano passado nós tínhamos e era muito bom. E agora todo problema é direto comigo, mas hoje pra minha felicidade, eu ganhei um assistente técnico, que vai me ajudar em todo trabalho da escola, principalmente com os professores e alunos. Ele não é pedagogo, ele fez o concurso para assistente técnico, vai trabalhar mais na parte técnica pedagógica da escola. Mas o dia que o governo nos der uma Assistente Social... (Diretora C)

A partir das falas destes educadores é possível perceber que para eles o aspecto fundamental é a falta de recursos humanos para esse trabalho pedagógico na escola, que na visão deles está sendo insuficiente justamente porque não dão conta da demanda apresentada. Para orientadora A, o trabalho de prevenção acaba sendo deixado de lado pelos educadores, pois tem muito “fogo imediato para apagar”, desta forma a escola não consegue fazer um planejamento mais global das ações que desenvolve, e por consequência a metodologia utilizada não corresponde as reais necessidades dos educandos.

Um ponto que não foi colocado pelos educadores, seria o fato de que a orientação pedagógica não supre demandas do contexto social dos educandos. Quando verificada uma situação deste caráter, a escola geralmente procura o Conselho Tutelar, que posteriormente poderá vir a encaminhar a família para o acompanhamento do POASF.

3.4.5 A escola e a orientação sócio-familiar

Quando os educadores foram perguntados se a escola deveria oferecer apoio e orientação sócio familiar, todos os entrevistados responderam acreditar que a escola deveria oferecer este tipo de atendimento, como apontam as suas respostas:

Quando a gente entende uma família, uma comunidade, a gente percebe melhor um aluno, de repente esse tipo de serviço viria a nos ajudar pra isso, pra gente entender mais esse individuo, como aquele ser social e não só escolar, porque a escola acaba fazendo exigências, e querendo que o aluno se comprometa com atitudes escolares, mas que em muitas vezes ele não tem aquela vivência e não aprendeu porque no seu meio social, na sua rede familiar as coisas não são trabalhadas dessa maneira. E quando a escola percebe, e ela deveria estar mais aguçada para perceber isso, a gente entende melhor esse aluno, e aí entra a nossa parte de buscar maneiras alternativas de trabalhar com esses alunos. Se tivesse um trabalho social dentro da escola, alguém que viesse nos mostrar isso, talvez a gente não levasse tantos meses pra pensar assim “nossa, mas esse menino passa por tudo isso”, “nossa por isso que ele é tão acanhado, tão tímido, ou tão ativo, ou malcriado que só fala palavrão”, e às vezes quando chega setembro/outubro aparece aqui uma avó, uma tia ou uma vizinha, e fala: “esse menino foi criado assim, assado, ele tá sempre pedindo na esquina”. E a gente fica pensando: a escola da vida dele é outra, sai do padrão em que a escola está esperando. A escola continua esperando um padrão que não existe mais. (Orientadora A)

A orientadora A fala da importância que ela vê em entender o meio social dos alunos, pois a escola acaba fazendo “exigências” que os alunos não conseguem atingir. E, aqueles que fogem ao padrão que a escola espera acabam ficando de fora do processo de aprendizagem, visto que:

A organização da escola, muitas vezes reproduz as desigualdades e injustiças sociais, pois está voltada sempre a um aluno médio, os que estão fora deste parâmetro ficam a margem deste processo evolutivo, onde não são consideradas as histórias de vida, diferenças pessoais, de violência, etc. Assim, a escola discrimina, rotula e exclui, mesmo quando não deixa de aceitar as crianças e adolescentes, pois ainda utiliza processos de avaliação retrógrados e excludentes, não levando em conta a diversidade cultural existente em nosso país. (GERARDI, 2000, p.37)

Claro, era bem interessante se tivesse dentro da escola um Psicólogo, um Assistente Social, pra eles nos ajudarem, e já conhecer a comunidade. As coisas mudaram, o trabalho tira os pais de casa e as crianças às vezes não tem nem com quem conversar, a escola deveria dar algum apoio. Eu acho que se tivesse alguém na escola que desse esse suporte para os alunos, eu não precisaria fazer um boletim de ocorrência, como eu já fiz. (Diretora B)

A Diretora B ressalta que seria importante que a escola tivesse profissionais, como o Assistente Social e o Psicólogo, e traz como enfoque para a atuação destes o apoio às crianças, que muitas vezes devido à rotina de trabalho dos pais, não tem sequer com quem conversar. Como já referendado no capítulo anterior, estes profissionais são os mesmos que atuam no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar de Florianópolis, e que desenvolvem um trabalho interdisciplinar com vistas à emancipação das famílias e a garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com certeza seria interessante. Fazendo este trabalho na escola ah nossa seria maravilhoso. Agora precisa saber se a pessoa quer trabalhar na escola, porque geralmente é um trabalho, mas é um trabalho também que quem é Assistente Social, quem está dentro desta área sabe o que espera, tem que trabalhar com muito amor. (Diretora C)

A Diretora C demonstrou ter dúvidas se um profissional conseguiria desenvolver esse trabalho na escola, pois para ela é um trabalho bastante difícil.

Deve sim. A escola deveria ter essa mudança de paradigma de ser apenas professores, alunos. Esse trabalho também é um trabalho pedagógico, porque a partir dessas experiências acontecendo no dia a dia, nós poderíamos tratar as diferenças a partir das experiências existentes nesses programas, só que infelizmente nós não temos esses recursos humanos principalmente, e é isso que nós precisamos. (Diretor D)

De acordo com as falas apresentadas, percebe-se que esses profissionais estão cientes que a escola não está desempenhando o papel que ela poderia desempenhar na vida de seus alunos, principalmente porque a escola não consegue decifrar a realidade destes. Se a escola se aproximasse mais da família e do meio social de seus alunos, seria possível ter uma proposta de trabalho diferenciada. O que acontece é que muitas famílias passam por problemas na sua dinâmica que interferem no rendimento escolar de seus filhos. Estas precisariam ter um acompanhamento mais de perto, tendo em vista a garantia de permanência destes alunos na escola.

O baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar, dentre outros, têm sido citados como as grandes dificuldades de avanço destes alunos. As mais diferentes literaturas têm demonstrado que estes indicadores não se constituem em fatores exclusivamente relativos à escola, e sim fatores que estão aliados a outras formas de expressão dos problemas de âmbito social enfrentados pelo educando e sua família. O enfrentamento destes problemas constitui-se no grande desafio do sistema de ensino público brasileiro, pois se é de responsabilidade e dever do Estado prover a Educação Pública, **garantindo o acesso e a permanência do aluno na Escola**, conseqüentemente faz parte de sua competência dotar o sistema da infra-estrutura necessária para que seja assegurada a efetivação deste direito. (BRESSAN, 2001, p.11)

Com base nesta citação, entende-se que para o enfrentamento das causas que comprometem o rendimento escolar de crianças e de adolescentes, é necessária uma outra infra-estrutura, capaz de estreitar laços entre família e escola, e aprofundar a discussão sobre a função social da escola.

3.4.6 O Assistente Social na escola

A última interrogação a que foram submetidos lhes questionava como seria se a escola prestasse além da supervisão pedagógica uma “supervisão social” – com um Assistente Social. Nesta, todos demonstraram satisfação com a possibilidade, o que é possível perceber por suas falas:

Ajudaria muito. Porque a escola hoje apesar de ter o muro físico, ela ultrapassa o muro, e a comunidade ultrapassa o muro também, e a gente precisava entender mais de ciências sociais. Existe ainda por parte de um grupo, acho que agora pequeno, mas ainda existe uma resistência para perceber que o aluno não é aquele que a gente idealiza, o aluno real é outro, então a escola ainda cai no erro de fazer um planejamento idealizando um aluno, e quando ele chega à escola as coisas não fecham. Existe um grande conflito, daí o professor fica dizendo eu não sei o que acontece que esses meninos não aprendem, que esses meninos não se comportam, que a família é desestruturada, que a sociedade não apóia, e que essa miséria é uma droga, e que não sei o quê. Mas nós já deveríamos ter passado dessa fase de perceber isso, e já que nós temos agora uma outra realidade, fazer nossos planejamentos com essa realidade que esta posta. (Orientadora A)

A Orientadora A coloca um ponto importante que é o de a escola fazer seu planejamento idealizando um aluno que não existe, e quando o professor se depara com a

realidade social não sabe como enfrentá-la. Para enfrentar essa realidade que a Orientadora A coloca, seria necessário um trabalho especializado dentro da escola, capaz de contribuir para atenuar os problemas que influenciam o cotidiano escolar de seus alunos. Nesta perspectiva:

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar. (BRESSAN, 2001, p.12)

Para Freire (2005, p.122) “A resistência do professor, por exemplo, em respeitar a ‘leitura de mundo’ com que o educando chega à escola, obviamente condicionada por sua cultura de classe, se constitui um obstáculo à sua experiência de conhecimento”. Nesse sentido, o Serviço Social inserido no ambiente escolar contribuirá, trazendo através de uma experiência interdisciplinar na escola, novas percepções ao educador que trabalha em sala de aula.

Traria bastante beneficio pra escola e pra comunidade. Eu acho que já seria tratado aqui dentro mesmo. E eu acho que uma Assistente Social pra atender uma área muito grande é diferente de estar dentro do estabelecimento, estar ali no dia a dia, conhecer a criança, se ela vem pra escola, se não vem, porque não vem, e isso tendia a nos ajudar bastante. Muitas coisas que acontecem na escola, como a vandalismo, poderiam ser evitadas se tivéssemos profissionais, Psicólogos e Assistentes Sociais, para trabalhar com as crianças e as famílias. (Diretora B)

Para esse enfrentamento, como já mencionado, são necessários profissionais especializados – Assistentes Sociais. Inúmeras são as limitações das escolas no tocante ao trabalho com temas como cidadania, drogas, sexualidade, e outros. Por outro lado estes e outros temas fazem parte do cotidiano teórico-metodológico do Serviço Social. Como aponta Almeida (2000, p.23):

Apesar dos esforços institucionais em curso, como os novos parâmetros curriculares para o ensino fundamental, médio e para a educação infantil, a rede de ensino – pública ou privada – não conseguiu incorporar o enfrentamento desses temas a sua rotina, pelo simples fato de que os profissionais não vêm sendo preparados nessa direção.

Ajudaria a dar a orientação que hoje nós não temos. Orientar uma pouco mais as famílias, orientar os pais a serem mais observadores, orientar os pais como cuidar dos seus próprios filhos, porque hoje os pais saem de manhã e só voltam à noite. Então se tivesse alguém pra isso, não só para orientar as crianças não, mas orientar as famílias, e hoje as famílias precisam disso, precisam ouvir um pouquinho, pra poder também orientar os filhos. Não está fácil educar um filho, porque ele aprende muita coisa na rua. Seria ótimo se tivesse essa oportunidade de ter uma Assistente Social aqui na escola. (Diretora C)

A orientação familiar se constitui em uma das muitas atividades técnicas profissionais que o Assistente Social que trabalha no espaço escolar desenvolve. É uma das competências do Assistente Social, conforme o Art 4º da Lei nº 8662/93 que regulamenta a profissão, “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”. Sendo assim, o Assistente Social é parceiro da escola quando utiliza seus instrumentais a fim de dar suporte às dificuldades da escola.

Eu acho que seria fundamental. Dois departamentos importantíssimos que deveriam ter em todas as escolas, e não só na pública: um de Psicologia e um de Assistência Social. Porque muitas vezes, esses problemas que nós encontramos aqui, não é nem problema psicológico, é um problema social, causado por desconhecimento, por falta de apoio, de orientação. Nós temos inúmeras mães que vem aqui que não tem roupa pro filho. Nós tivemos muitos problemas o ano passado aqui de drogas, em que diminuiu sensivelmente por acompanhamento da gente. Nós sabemos até que a família estava envolvida, pessoas ligadas ao tráfico, e a gente não está acostumado a lidar com essa situação. A gente está acostumado a lidar no combate a droga, mas como é que a gente vai combater um filho em que o pai é o traficante? Como é que a gente vai abordar isso? E eles tão vendo essa realidade em casa. A realidade está cada vez mais dinâmica, e um departamento que houvesse esses estudos e esse acompanhamento poderia nos dar subsídios para esse enfrentamento no dia a dia, que é muito complicado, porque cada caso é absolutamente único. (Diretor D)

O Diretor D coloca em sua fala que a “realidade está cada vez mais dinâmica”, se referindo aos problemas sociais que invadem o campo educacional, e que necessitariam de um acompanhamento maior da escola. Um dos problemas apontados pelo Diretor seria o uso e o tráfico de drogas. Não cabe aqui repercutir sobre esta mazela que vem ganhando

proporções maiores na sociedade já há alguns anos, entretanto é preciso pensar no “mundo das drogas” como mais uma das representações decorrentes da exclusão social. Esta exclusão constrói um ciclo vicioso, em que a falta ou a pouca educação também está presente, pois representa o mais valioso mecanismo de ascensão social das camadas desfavorecidas.

Sendo assim, para romper com esse ciclo, faz-se o necessário esforço por uma educação de qualidade. Nesta, o Serviço Social e outras categorias podem juntar forças e agir para a construção de uma escola mais comprometida com o desvelamento das questões que prejudicam o rendimento de seus alunos, sendo que:

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. Estas se constituem em questões em grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando conseqüentemente uma ação mais efetiva. (BRESSAN, 2001, p.12)

Essa intervenção na escola é antes de tudo, uma estratégia para a concretização da função social da educação, pois contribui para a promoção da cidadania à medida que visa combater as causas que levam a não permanência dos alunos na escola. Para isso, a escola deve estar compreendida com a formação do cidadão na sua totalidade, incluindo a sua dimensão social. A escola pode, sobretudo, desenvolver um trabalho interdisciplinar, em que o profissional de Serviço Social aparece diretamente vinculado ao enfrentamento das desigualdades sociais, através da instrumentalização de educandos e de suas famílias para o acesso aos direitos sociais e a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso foi antes de tudo, uma conquista, pois durante a caminhada não faltaram obstáculos.

Dentre os fatores para a construção deste trabalho está a prática de estágio no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar – POASF, que possibilitou uma maior aproximação com a realidade em que vivem muitas famílias desse município.

Em virtude dos aspectos levantados durante a apresentação deste, pode-se afirmar que as famílias atendidas pelo Programa não apresentam uma realidade muito diferente da de outras famílias empobrecidas e vulnerabilizadas no atual quadro do país.

Sabe-se que a partir do século XVIII surge uma nova ordem societária - o Capitalismo, com ele o assalariamento, e, por conseguinte evidenciam-se desigualdades fundadas nas relações de trabalho. Nesse momento passa a existir uma politização da pobreza e das necessidades sociais apresentadas pela classe trabalhadora, ou seja, funda-se a questão social, que permanece fazendo parte da ordem societária até os dias atuais.

Talvez uma das faces mais perversas da questão social seja justamente a pobreza, que continua elencada entre os mais graves problemas do país, porém não tem recebido a atenção que merece.

Como apresentado no corpo deste trabalho, a pobreza brasileira tem suas bases em uma perversa desigualdade na distribuição de renda, visto que o Brasil não está entre os países mais pobres do mundo, mas entre os de pior distribuição de renda. Entretanto, o quadro de pobreza não deve ser percebido e discutido apenas por esta origem visível, e sim em uma dimensão muito maior, que está na falta de ofertas iguais para educação, saúde, transporte, moradia, e demais serviços públicos.

A falta de universalização destes serviços não possibilita uma igualdade entre os cidadãos, fazendo da população meramente coadjuvante no sistema democrático. Percebe-se que a democracia é vislumbrada por um grande parte dessa população excluída apenas como o exercício do voto, não havendo por parte da grande maioria uma consciência política, capaz de reverter as injustiças sociais a que estão intrinsecamente submetidas.

As profundas desigualdades sociais que assolam o país parecem não ter seu fim previsto, pois o que se tem percebido é o crescimento dia a dia de um fosso entre ricos e pobres, gerando um verdadeiro *apartheid* social.

A falta ou a pouca efetividade das políticas públicas fazem desta população, que é maioria, uma população não cidadã. Nesse sentido, destaca-se o distanciamento do aparato legal, visto que a última constituição, a chamada “Constituição Cidadã”, preconiza em seu Artigo 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, [...]”

Sabe-se na prática, que a cidadania está longe de ser exercida na íntegra pela maior parte da população. Neste contexto, um ponto bastante evidente é a baixa escolaridade da população, que não a credencia para a reivindicação, a mobilização e a apropriação de espaços de luta pela garantia dos direitos.

A educação constitui-se no ponto crucial deste trabalho, pois é considerada aqui como a condição chave para a conquista da cidadania, por parte dessa população excluída e marginalizada.

Como visto, a educação é um direito fundamental e universal, apontado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988, p.121), “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Sendo assim, como se explicam os baixos índices de escolaridade da população brasileira? Há ainda por parte do governo - tendo um plano orçamentário baseado em políticas liberais, ditadas pelo Fundo Monetário Internacional – um enfoque que prioriza a quantidade à qualidade da educação. Desta forma, não se encontram respostas que expliquem o porquê que a educação não recebe o destaque que merece. Talvez a resposta esteja na premissa de que um “povo burro”, ignorante de seus direitos e por conseqüência, incapaz de lutar por eles, seja mais útil ao sistema vigente.

Citando-se um exemplo encontrado com bastante freqüência nas famílias empobrecidas - que são as que utilizam o sistema público de ensino – onde é comum ver crianças de quarta série, ou seja, terminando a primeira parte da educação básica, que muitas vezes sequer sabem ler e escrever. Contudo, o que aparece na propaganda da TV é que diminuiram os índices de repetência. A reprovação do aluno é quase que abolida da escola pública, e isso pode custar um preço alto no futuro.

Cabe aqui ressaltar que muitas vezes os educadores são penalizados pelo fracasso escolar, mas a verdade, percebida, sobretudo durante a realização deste estudo, é de que a escola, bem como aqueles que a ela destinam seu esforço diário, ainda não conseguem

suprir integralmente as reais necessidades dos educandos. Nesse sentido, os educadores mencionaram durante a pesquisa da dificuldade que sentem para intervir em assuntos extra classe. Esta dificuldade é explicada, sobretudo, pelo reduzido número de profissionais para o trabalho na escola, e ainda pelo número de horas de trabalho ser insuficiente para conhecer os alunos em suas necessidades individuais.

Isto se torna perceptível a partir das falas dos educadores durante a pesquisa, que demonstrou certa insatisfação com o papel que a escola vem desempenhando, ilustrado, por exemplo, quando dito: *“O trabalho de prevenção ele acaba sendo deixado de lado porque tem muito fogo imediato pra ser apagado”*, ou *“a escola continua esperando um padrão que não existe mais”*, ou *“as coisas mudaram, o trabalho tira os pais de casa e as crianças às vezes não tem nem com quem conversar, a escola deveria dar algum apoio”*. Estas são algumas das falas que acenam para a urgência de um novo modelo de escola, um modelo que evidencie a sua função social, e que favoreça a permanência de crianças e adolescentes através da criação de medidas alternativas que possibilitem a continuidade do processo de educação, formando adultos mais conscientes de seus direitos e aptos a transformação social.

Neste sentido, lança-se para o Serviço Social o desafio de contribuir para efetivação do acesso e permanência na escola. Este profissional é capaz de promover uma aproximação entre comunidade e escola. Pode-se destacar aqui a participação da família como fundamental para o processo de escolarização de seus membros, pois as funções da família e da escola se complementam na construção de um ser humano mais consciente e participativo.

As crianças e suas famílias acabam construindo um vínculo com a escola, e esse vínculo também deve ser levado em conta na implementação de políticas sociais. Nesse sentido, um serviço de orientação e apoio sócio familiar desenvolvido dentro da escola traria grandes benefícios tanto para a escola, que às vezes fica “perdida” com determinadas situações, quanto para a família, que às vezes não sabe a quem recorrer em momentos de crise. Desta forma, constata-se a importância da orientação e do apoio sócio familiar no âmbito escolar, e por conseqüência evidencia-se a necessidade da escola contar com um profissional com perfil para desenvolver este trabalho, o Assistente Social.

Em sua atuação direta no espaço escolar, este profissional pode desenvolver ações semelhantes as já vistas no Programa do mesmo nome. Estas ações compreendem entre outras, o atendimento individual e o familiar; a elaboração de projetos que visem esclarecer e prevenir, por exemplo, doenças infecto-contagiosas, violência, uso e tráfico de drogas; a

articulação com instituições públicas a fim de realizar encaminhamentos e garantir o acesso aos serviços sociais; o fornecimento de benefícios materiais; etc.

Apesar disso, o serviço de orientação e apoio sócio familiar não é a única intervenção viável para o Serviço Social na área da educação. Vale ressaltar que existem outras formas de intervenção que podem ser associadas, como a realização de um trabalho articulado ao corpo docente da escola, permitindo que os profissionais envolvidos com o aprendizado de crianças e adolescentes possam compreender os rebatimentos da questão social para o processo pedagógico, possibilitando o reconhecimento de novas estratégias de ensino.

Assim o Serviço Social em sua atuação direta na escola irá promover o encontro entre a política de educação e a realidade social. Todavia, isto não quer dizer que este profissional virá a solucionar todos os problemas inerentes a escola, mas que possibilitará um maior enfrentamento das questões que afligem a educação, colaborando por consequência para a melhoria do sistema educacional.

Por fim, é estabelecida a perspectiva de se pensar a educação por seus aportes sociais. Nesta, a leitura da realidade das crianças e adolescentes que chegam à escola deve ser decifrada e considerada, tendo para isso o esforço conjunto de multi-profissionais empenhados em fazer da educação um instrumento para o alcance da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N.L.T. **O Serviço Social na Educação**. In: Revista Inscrita, nº 6. Brasília: CEFESS, 2000.

ARCOVERDE, A.C.B. **Questão Social no Brasil e Serviço Social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: UNB, Centro de Educação aberta, Continuada a Distância, 1999.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. (tradução de Flaksman, D.). 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAPTISTA, M V. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. 2 ed. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000.

BEHRING, E. R. **Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3: Política Social. Brasília: UNB, Centro de Educação aberta, Continuada a Distância, 2000.

BRASIL, **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do Adolescente**.

_____. LEI Nº 8742, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social**.

_____. LEI Nº 9394, de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

_____. LEI Nº Lei nº 10172, de Janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em <www.inep.gov.br> acessado em 20 de dezembro de 2005, às 17:00 horas.

_____. Lei Nº8662, de 08 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em <www.cfess.org.br> acessado em 23 de março de 2006.

BRESSAN, C. R. (coord). **Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001.

CARVALHO, M. C. B. **A priorização da família na agenda da política social.** IN: KALOUSTIAN, S. M. (org). *Família Brasileira: a base de tudo.* 6. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNICEF, 2004.

CFESS. Resolução N° 273/93 de 13 de março de 1993. **Código de Ética Profissional.**

CERVENY, C M O. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COVRE, M. L. M. **O que é cidadania.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ENCICLOPÉDIA LIVRE. **Feudalismo.** Disponível em <www.wikipedia.org> Acessado em 10 de outubro de 2005, às 10 horas.

_____. **Subemprego.** Disponível em <www.wikipedia.org> Acessado em 07 de fevereiro de 2006, às 10 horas.

FAZENDA, I C A. (coord). **Práticas interdisciplinares na escola.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, R C M. **Política de combate à pobreza e as agências multilaterais: Um estudo comparativo entre o Brasil e o México nas décadas de 80 e 90.** UFSC / Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2004.

GENTILLI, R. M. L. **Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social.** São Paulo: Veras Editora, 1998.

GERARDI, D M. **Serviço Social e Educação: Uma Interface Necessária.** Florianópolis: Guarapuvu, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, A P G. **As características das famílias chefiadas por mulheres no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar (POASF) da Prefeitura Municipal de Florianópolis (P.M.F.)**. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. DSS/UFSC, Florianópolis, 2004.

GUSMÃO, R. **A ideologia da solidariedade**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXI, nº 62. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

KLIKBERG, B. **América Latina: uma região de risco, pobreza, desigualdade e institucionalidade social**. Brasília: UNESCO, 2002.

KRÜGER, T R. **A Questão Social e sua Centralidade no Desenvolvimento Sócio-histórico do Serviço Social**. In: III Caderno de Serviço Social – Humanizar: Quais alternativas? Cascavel: EDUNIOESTE, 2000.

LIMA, E. M. **Famílias e Programas de atendimento a Crianças e Adolescentes: uma relação que está em construção**. Monografia de Especialização no curso de Pós Graduação em Metodologia de Atendimento a Criança e ao Adolescente em Situação de Risco do Centro de Ciências da educação – FAED/UDESC. Florianópolis: 2000.

MAFRA, M. **As Famílias na Era da Globalização: Breve Perfil dos Grupos Familiares atendidos no Projeto de Orientação e Apoio Sócio-Familiar do Município de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de bacharel em serviço social. DSS/UFSC, Florianópolis, 2001.

MINAYO, M C S. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MIOTO, R C T. **Família e Serviço Social: contribuições para o debate**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XV, nov., nº 55. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4: o trabalho do Assistente Social e as políticas sociais. Brasília: CEAD, 2000.

_____. **Novas propostas e velhos princípios: Subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar.** In: Revista *Fronteras*, nº 4, Montevideu: Facultad de ciencias sociales, 2001.

_____. **O trabalho com redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços.** IN: Revista *Katálysis*, v 5. 2002.

LOPES, J R. **Mínimos sociais, cidadania e assistência social.** In: Revista *Serviço Social e Sociedade*. Ano XIX, nov., nº 58. São Paulo: Cortez, 1998.

PRADO, D. **O que é família.** 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEREIRA P A P. **Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania.** In: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, Ano II, nº 3, 2ª ed. 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar** – ano 2004.

REIS, J R T. **Família, emoção e ideologia.** In: LANE, S.; CODO, W. (org) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ROCHA, D R A. **O paradigma pedagógico iniciano e a convivência escolar: centro de pais.** In: Revista de Educação. Ano 6, nº 22. São Paulo: CEAP, 1998.

SANTOS, L P; RAMOS, N S. **Faces e disfarces da institucionalização.** In: Revista *Katálysis*, v 2. 1998.

SIMIONATO, I. **As expressões ideo-culturais da crise capitalista da atualidade.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Modulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

SOUZA, E D. **Relatório de estágio.** Departamento de Serviço Social. Semestre 2005/1.

SPOSATI, A. **Globalização da economia e processos de exclusão social.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Modulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

SZYMANSKI, H. **Teorias e “Teorias” de Famílias**. In: CARVALHO, M C B. (org). A família contemporânea em debate. 2 ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.

TELLES, V S. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

VALLEJO, J M B. **Escola aberta e formação de professores: elementos para a compreensão e a intervenção didática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VICENTE, C M. **O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo**. In: KALOUSTIAN, S. M. (org). Família Brasileira: a base de tudo. 6. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNICEF, 2004.

VIEIRA, E. **O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Ano XIX, nº 55. São Paulo: Cortez, 1998.

WANDERLEY, L E W. **Educação e Cidadania**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXI, nº 62. São Paulo: Cortez, 2000.

YASBEK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1993.

ZAGO, N. **Relação Escola – Família**. In: Revista de Ciências Humanas. Vol. 13, nº 16. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Pedido de autorização para utilização de materiais

Florianópolis, 10 de outubro de 2005.

Ao POASF

Venho por meio deste, solicitar a autorização para utilização de materiais disponíveis no Programa, sendo estes: prontuários das famílias em atendimento, estatísticas mensais de atendimento, cadastro das escolas, e outros.

A utilização dos dados obtidos através de consulta aos documentos requisitados constará no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, referente ao semestre 2005/2, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Atenciosamente,

Ellen Deola Souza

Estagiária de Serviço Social



PREFEITURA DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, FAMÍLIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL.
PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR

Autorizado por: _____

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Cláudia Regina Hermenegildo Silva'.

Cláudia Regina Hermenegildo Silva
Coordenadora do Programa de
Orientação e Apoio Sócio Familiar

QUESTIONÁRIO DAS ESCOLAS**Escola:** _____ **Bairro:** _____**Entrevistado:** _____ **Cargo:** _____

1. Os educandos participantes do programa apresentaram alguma mudança na escola após inserção no programa?

2. As escolas devem ser “participantes” ou de alguma maneira interferir no cotidiano extra classe (fora da escola) dos educandos?

3. Que dificuldades a escola sente para intervir na vida familiar de seus educandos quando percebe que seu desenvolvimento escolar vai além da sala de aula (ou está sendo prejudicado por assuntos, por exemplo, de cunho familiar)?

4. A supervisão ou orientação pedagógica destinada aos educandos supre as suas necessidades? Justificar.

5. A escola deveria dar apoio e orientação sócio familiar? Por quê?

6. Se a escola prestasse além da supervisão pedagógica a supervisão social (com Assistente social), como seria?

ANEXOS

ANEXO A – Ficha de acolhimento das famílias


PREFEITURA DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

 SECRETARIA DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO, FAMÍLIA E
 DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR

ACOLHIMENTO

Endereço atual da família: _____

_____ Bairro: _____

Ponto Referência: _____

Telefone para contato: _____

I – Identificação da Família:
1.1 Nome do Pai: _____ Apelido: _____

Data Nasc: _____ Natural de: _____

Profissão atual: _____ Local de Trabalho: _____

Telefone: _____ Escolaridade: _____

1.2 Nome do Mãe: _____ Apelido: _____

Data Nasc: _____ Natural de: _____

Profissão atual: _____ Local de Trabalho: _____

Telefone: _____ Escolaridade: _____

II - Gráfico – Dependentes familiar (todos que moram na casa)

Nome	Parentesco	Data Nascimento	Escolaridade / Atividade / Profissão	Escola / Local de Trabalho / Creche.	Programa que participa / Posto (qual)

Observações: _____

III – Histórico Familiar:

3.1 – Há quanto tempo o casal contraiu União conjugal?

3.2 – Há quanto tempo reside nesta comunidade:

3.3 – Há parentes próximos que mantém contato? Quem? Telefone.

3.4 – Qual a renda familiar? R\$.

3.5 – Quem é o responsável pelo sustento da família e o que fazem para angariar recursos quando a família encontra-se com dificuldade.

3.6 – A casa onde moram é: () Própria () Alugada () Cedida
Quanto aos cômodos: _____

Quantas pessoas residem (familiar ou não): _____

IV – Informações complementares:

4.1 – Segundo a família qual o motivo do encaminhamento?

4.2 – Como a família vivência a situação, o que fazem para tentar solucionar?

4.3 – Outras observações. Assinalar a demanda encontrada na família durante o acolhimento.

Entrevistado: _____ Vínculo Familiar: _____

Entrevistador: _____ Data: _____

ANEXO B – Ficha de avaliação e perfil da família

AVALIAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

Nome da família: _____

Pasta: _____

LEGENDA

ITEM		
02	Companheiro	Não é pai de nenhuma criança na família.
03	Responsável	É a pessoa que se responsabiliza pelo cuidado e proteção dos filhos, organização familiar, etc.
10	Provedor	1- É a pessoa ou pessoas que são responsáveis por garantir a provisão econômica da família. 2- Quando a renda provém de benefícios o provedor é o responsável.
14	Outros	Todos os outros tipos de ocupações inclusive tráfico, mendicância, profissional do sexo, etc.
31	Sim	A família provê a alimentação com recursos próprios.
	Não	Precisa de auxílio da rede de atendimento.
	Parcialmente	A família tem alguns recursos, mas precisa de complemento.

Perfil da Família

01 - Data Início Acompanhamento:					Data Término:						
02 Configuração Familiar	<input type="checkbox"/> Pai		<input type="checkbox"/> Mãe		<input type="checkbox"/> Filhos			<input type="checkbox"/> Outros			
	<input type="checkbox"/> Companheira		<input type="checkbox"/> Companheiro		0-06	07-12	12-18	Adultos	Cças	Adol	Ad
03 Responsável Família	Pai:		Mãe:		Casal:		Avós:		Outros:		
04 Idade	Homem:					Mulher:					
05 Escolaridade Responsável	Homem:					Mulher:					
06 Filhos na Creche	Sim (quantos):				Filhos na Escola		Sim (quantos):				
	Não (quantos):						Não (quantos):				
07 Etnia	Branca:			Negra:			Branca + Negra:				
08 Procedência esponsável	Sul			Norte			Outros Estados				
	Oeste			Vale Itajaí			Florianópolis				
	Grande Fpolis			Plan. Serrano:			End. Atual:				
09 n° de uniões conjugais do responsável	01 a 02						Acima de 04				
	03 a 04						Sem União				
10 Provedor	Pai		Mãe		Casal		Avós		Filhos		Outros
11 Renda Familiar	1 a 2 salários ()		2 a 3 salários ()		3 a 4 salários ()		Acima de 4 salários ()				
12 Benefícios (Bolsa escola, LOAS, PETI etc)	Sim (especificar):					Não:					
13 Mercado Trabalho	Formal:				Informal:			Desemp.:			
14 Tipos Ocupação	Serviços gerais					Serviços domésticos					
	Catadores					Biscates					
	Construção civil					Outros (especificar):					
15 Casa	Própria		Alugada			Cedida		Outros especificar:			
	Madeira		Alvenaria			Mista		Outros materiais:			
16 Condições da casa	Boa			Razoável:			Ruim		Péssima		
17 Cômodos	1 a 2 cômodos				3 a 4 cômodos			Acima de 4			
18 Banheiro	Sim					Não					
19 Energia	Sim					Não					
20 Abastecimento de água	Sim					Não					
21 Esgoto	Sim					Não					
22 HIV / AIDS	Sim		Homem			Criança		Idoso			
	Não		Mulher			Adolescente					
23 Dependência química	Sim		Homem			Criança		Idoso			
	Não		Mulher			Adolescente					
24 Doença Psíquica	Sim		Homem			Criança		Idoso			
	Não		Mulher			Adolescente					
25 Necessidades Especiais	Sim		Homem			Criança		Idoso			
	Não		Mulher			Adolescente					
26 Tipos de Neces. Especiais	Mental		Física		Visão		Auditiva		Multipla		
27 Outras Patologias	Sim		Homem			Criança		Idoso			
	Não		Mulher			Adolescente					
28 Medidas Judiciais	Abrigo			Liberdade assist.			Prest. Serv. Comum				
	Guarda			Tutelar							
29 Situação Identificada pelo profissional	Situação de rua				Violência sexual				Violência psi.		
	Negligencia				Carência econômica				Violência física		
	Conflitos familiares				Dependência química						

01 ANÁLISE QUALITATIVA			
Encerramento	Alcançou objetivos:	Alcançou parcialmente:	Mudança de endereço:
	Não alcançou objetivos:	Sem demanda:	Não aderiu
02 AUTO - GESTÃO			
A família se organiza para acessar os recursos da rede comunitária e rede de atendimento do município? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente			
A família mantém a provisão econômica familiar? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente			
A família consegue administrar os conflitos familiares? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente			
03 REDE DE ATENDIMENTO			
Os encaminhamentos feitos à rede de atendimento durante o período de acompanhamento foram atendidos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente			
Houve uma boa receptividade por parte da rede de atendimento nos contatos realizados? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (especificar)			
04 REDE FAMILIAR E DE VIZINHANÇA			
A família ampliada auxilia a família na superação de suas demandas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente			
Os vizinhos funcionam como fonte de apoio da demanda das famílias? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente			
05 AUTO – ESTIMA E AUTO- CONFIANÇA			
Há o cuidado com o ambiente doméstico? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente			
A família manifesta iniciativa para superar as suas demandas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente			
A família tem atitudes que podem ser consideradas positivas para manter uma boa convivência familiar? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente			
06 RELAÇÃO ENTRE PROFISSIONAL E FAMILIA			
Foi possível estabelecer um bom vínculo com a família durante o período de atendimento? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente			
07 CUIDADO E PROTEÇÃO COM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
A família mantém uma rotina familiar, conseguindo atender, cuidar e proteger seus filhos? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente			
As crianças têm frequência na rede de ensino básico? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente			
As crianças comparassem no sistema de saúde com regularidade (vacinação, consultas, periódicas)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente			
A família recebe apoio da rede de atendimento para suprir as suas necessidades bio - psico - sociais? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente			
08 - A FAMÍLIA TEM SUAS NECESSIDADES SATISFEITAS?			
Alimentação	Saúde	Educação	Lazer
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Sim
<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Parcialmente	<input type="checkbox"/> Parcialmente	<input type="checkbox"/> Parcialmente	<input type="checkbox"/> Parcialmente

Data: _____

Profissional Responsável: _____